

2018

RELATÓRIO & CONTAS
ANNUAL REPORT



TRANSPORTES
SUL DO TEJO
by arriva



ISO 9001
ISO 14001
OHSAS 18001

ORGÃOS SOCIAIS

1. *Board of directors*



1 | ORGÃOS SOCIAIS

Board of directors

ASSEMBLEIA GERAL

General Assembly

José Manuel Nunes Pacífico
Presidente / *Chairman*

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário / *General Secretary*

Antero dos Santos Monteiro
Secretário Suplente / *Substitute Secretary*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Presidente / *Chairman*

José Manuel de Sá Guimas
Vogal / *Board Member*

Maria do Rosário Fernández Lourenço
Vogal / *Board Member*

FISCAL ÚNICO EFETIVO

Auditors

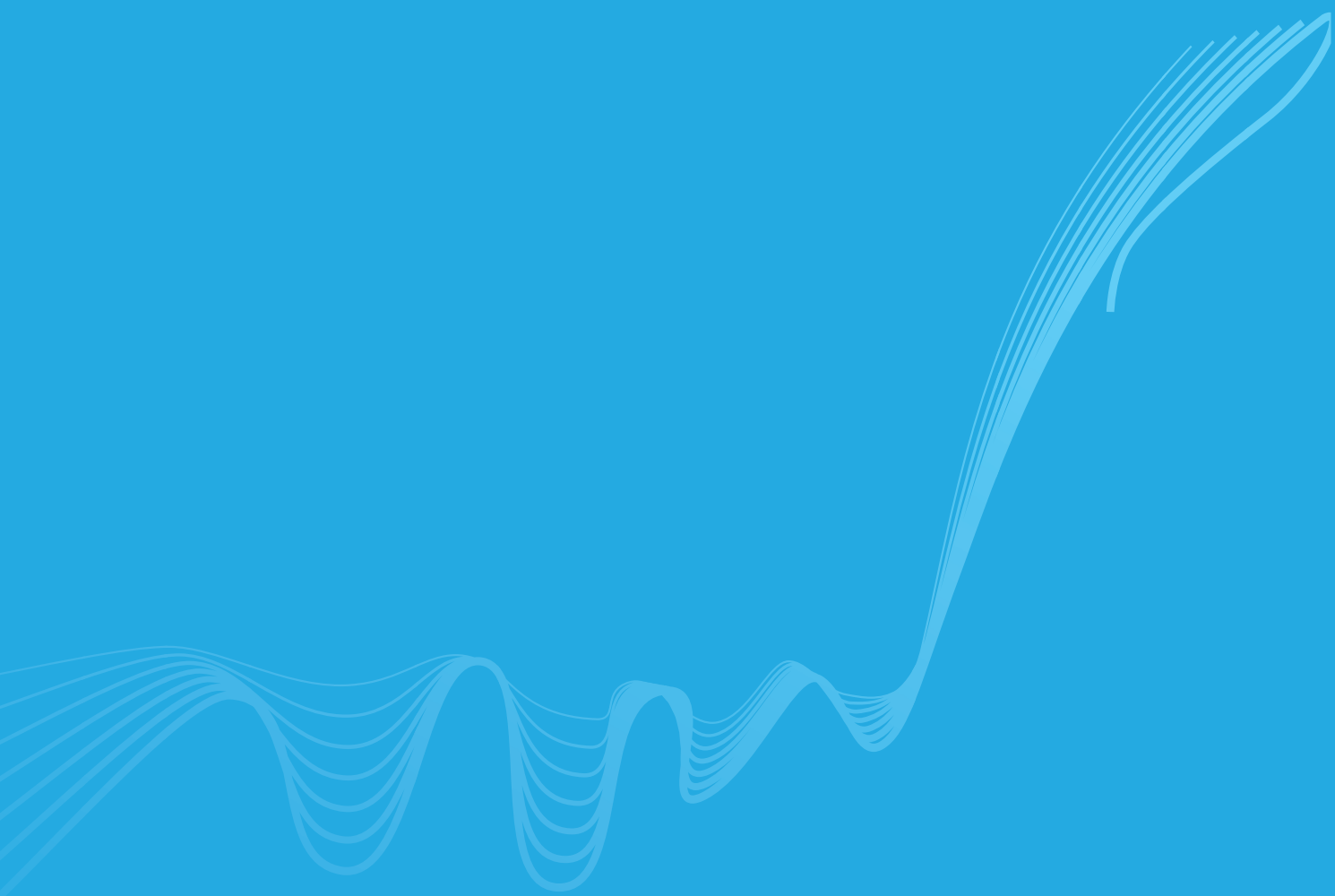
PricewaterhouseCoopers e Associados SROC, Lda

Representada por Rui Jorge dos Anjos Duarte
ou João Rui Fernandes Ramos

Carlos José Figueiredo Rodrigues
Suplente / *Substitute*

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2. *Board of directors report*



2 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Board of Directors' Report

1 | Atividade do ano

A economia portuguesa registou em 2018 um crescimento de 2,1%, menos 0,7 pontos percentuais do que em 2017, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), consequência do abrandamento na procura externa e no comércio mundial, assim como na atividade da indústria e da construção apesar de continuar a beneficiar de um envolvimento internacional globalmente favorável, embora mais reduzido que o ano anterior. Não obstante, este valor colocou Portugal 0,3 p.p. acima da média da zona euro, crescendo assim mais que a União Europeia pelo segundo ano, desde a adesão ao euro.

A desaceleração da economia em relação ao ano anterior deveu-se essencialmente a uma evolução mais tímida das exportações (3,7% em 2018, face aos 7,8% de 2017) e do contributo menos intenso da procura interna, que se refletiu no crescimento menos acentuado do Investimento (5,6% em 2018 comparando com 8,4% em 2017).

Num ano em que se continuou a destacar o forte dinamismo do turismo, o menor crescimento de 2018 surge algo desapontante, tendo em conta uma primeira metade do ano muito positiva. São visíveis, a criação de emprego e uma consequente queda acentuada da taxa de desemprego, refletidas numa melhoria da situação do mercado de trabalho. De destacar o elevado crescimento da atividade no comércio e nos serviços de alojamento e restauração.

Precedido de um défice de 0,9% em 2017, o défice orçamental em 2018 caiu para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), tendo assim superado em 0,6 p.p. a meta inicialmente definida no Orçamento de Estado (OE). Resultado explanado essencialmente por uma redução do Investimento relativamente a 2017 e ao desempenho acima do esperado da receita fiscal.

O ano terminou com um acréscimo de 110.000 empregados e um decréscimo de 73.000 desempregados, face ao período homólogo anterior, o que se resume numa evolução positiva da taxa de desemprego em 1,9 p.p. para 7% em 2018.

O preço de referência do barril de petróleo Brent atingiu em 2018 uma média anual de 64 dólares, mais 23,6% do que no ano anterior tendo ultrapassado os 70 dólares em 2018, pela primeira vez desde dezembro de 2014.

No que concerne a taxas de juro de referência, o BCE manteve as taxas de refinanciamento inalteradas em 2018 (0,0% fixada desde março de 2016).

As taxas Euribor a 3, 6 e 12 meses apresentaram uma ligeira mas pouco expressiva subida em 2018, apesar de continuarem em valores negativos, na sequência de um aumento pela procura de crédito e antecipando a expectativa de subida pelo BCE da taxa de referência de zero para 0,25% até ao final de 2019.

1 | Activity during the year

The Portuguese economy grew by 2.1% in 2018, 0.7 percentage points less than in 2017, according to the data released by the Portuguese National Statistics Institute (INE), as a consequence of a slowdown in external demand and world trade, along with industrial and construction activity, despite continuing to benefit from a globally favourable international situation, though it was lower than the year before. Nevertheless, this put Portugal 0.3 p.p. above the euro area average, growing more than the European Union for the second year since it joined the euro.

Compared with the previous year, the economic slow-down was mainly because of a lower growth in exports (3.7% in 2018 compared with 7.8% in 2017) and less internal demand, which was reflected in flatter investment growth (5.6% in 2018 compared with 8.4% in 2017).

In a year still marked by a very strong tourism market, the smaller growth in 2018 was somehow disappointing, particularly after such a promising first half. Job creation and the consequent fall in unemployment rates are visible, reflected in an improvement of the labour market. The high growth in trade and in accommodation and catering services is worth noting.

After a 0.9% deficit in 2017, the 2018 government deficit fell to 0.5% of GDP, which is 0.6 p.p. higher than the goal initially set in the State Budget. This was mainly due to a reduction in investment compared to 2017 and the better-than-expected tax revenue.

The year ended with an extra 110,000 jobs and 73,000 fewer unemployed compared to the previous year, which means the unemployment rate fell 1.9 p.p. to 7% in 2018.

The price of refined Brent reached an annual average of \$64 in 2018, 23.6% more than the year before and hit more than \$70 in 2018, for the first time since December 2014.

As far as the base interest rate is concerned, the ECB kept the refinancing rates unchanged in 2018 (0.0% since March 2016).

The 3, 6 and 12-month Euribor rates rose slightly in 2018 although they are still in negative territory following an increase in the demand for credit and anticipating an expected increase of the ECB base rate from zero to 0.25% by the end of 2019.

After starting the year below 2%, Portugal's 10-year yields surpassed 2% in February in line with the increased yields seen in Italy, but then quickly fell back to under 2% again as of March and reached a minimum of 1.67% in May.

A new legal framework for public passenger transport service ("RJSPPT"), approved in 2015, set the end of 2019 for the full implementation of a new model of management and regulation in

Após ter iniciado o ano abaixo dos 2%, a taxa de juro a dez anos de Portugal superou os 2% em fevereiro, em sintonia com o agravamento de juros observado em Itália, tendo rapidamente recuperado para valores abaixo dos 2% a partir de março e tendo atingido mínimos de 1,67% em maio.

O novo quadro do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros («RJSPT»), aprovado em 2015, veio fixar o fim do ano de 2019 para a plena implementação no território nacional de um novo modelo de gestão e regulação onde os municípios assumem um papel de destaque (com a exceção de Lisboa e Porto cujas atribuições e competências estabelecidas no novo regime jurídico recaem sobre as Autoridades Metropolitanas). Os municípios podem ainda delegar as suas competências na Comunidade Intermunicipal (CIM). É um modelo substancialmente diferente do existente e com muitas etapas a percorrer no pouco que falta até 3 dezembro de 2019, prazo esse imposto pelo Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho.

No início de 2018, o Governo decidiu aumentar o ISP em meio cêntimo por via do aumento da inflação. Em janeiro de 2019 verificou-se um aumento adicional, agora por via do aumento da taxa de carbono, com o ISP a subir mais um cêntimo e meio por litro.

Em 2018, as famílias continuaram a poder efetuar a dedução à sua coleta do IRS um montante equivalente a 100% do IVA suportado na aquisição de passes mensais através da confirmação da despesa no site e-fatura.

Continua em aberto o diferendo que separa os operadores privados e o Estado sobre o cálculo da receita comercial dos anos 2014, 2015 e 2016 com base nos dados resultantes do sistema de bilhética. A portaria 241-A/2013, publicada em 31 de julho de 2013, regula o sistema de passes multimodais como parte da obrigação de prestação de serviço público e define as regras relativas à compensação financeira a atribuir por esta imposição tarifária.

Após a contestação, em tribunal, dos operadores privados ao Despacho 8946 -A /2015, que determina o critério de atribuição das compensações dos passes multimodais, estabelecendo um limite ao número de validações pagas, o Governo publicou em 15 de dezembro de 2016 o despacho 15146-A/2016 que altera o anterior, embora mantenha a limitação do número de validações a serem compensadas. Por este facto, a TST, voltou a contestar em tribunal os termos deste novo despacho.

Fruto da continua recuperação económica sentida no País e do crescente contributo do turismo, a empresa transportou mais 472 mil passageiros (1.4%) do que no ano anterior, tendo as receitas de serviço público aumentado no valor de um milhão e setecentos e oito mil euros correspondente a mais 4.7% do que em 2017. Estes resultados são também prova do esforço empreendido pela empresa na qualidade do serviço, tentando responder assim às expectativas dos clientes e captar novos clientes para o transporte público.

Após um aumento tarifário de 1,5% em 2017, antecedido de dois anos consecutivos sem aumento, o Governo efetuou o aumento de 2,0%, em 2018, acima dos valores previstos para a inflação que atingiu o valor de 1,0% em 2018.

Portugal, where municipalities are given a leading role (except for Lisbon and Porto, whose powers and tasks established in the new regime are the responsibility of the Metropolitan Authorities). The municipalities can also delegate their powers to an Inter-municipal Community (IMC). This model is substantially different from the present one and it has a lot that still needs to be done before 3 December 2019, deadline set by Regulation (EC) 1370/2007 of the European Parliament and of the Council.

In early 2018, the government decided to increase fuel tax by half a cent due to inflation. In January 2019 there was an additional increase, this time through the carbon tax, with fuel tax rising by more one and a half cents a litre.

In 2018, families can still deduct 100% of the VAT they spend on buying their monthly transport passes from their income tax by confirming the spending on the government's 'e-invoice' website.

The dispute between state and private operators regarding the calculation of ticket sales for 2014, 2015 and 2016, based on the data from the ticketing system is still unresolved. Order in council No. 241-A/2013, published on 31 July 2013, regulates the multimodal transport pass system as part of the public service obligations and defines the rules regarding the financial compensation to be attributed for this fare imposition.

After private operators challenged Order 8946-A/2015 in court, that sets out the criteria for attributing the compensation for the multimodal transport passes, establishing a limit to the number of validations that are paid, the government published Order 15146-A/2016 on 15 December 2016, which altered the previous one, although it kept the limit on the number of validations to be reimbursed. TST, therefore, challenged this new order in court again.

Because of the continued economic recovery in the country and the growing contribution from tourism, the company carried more 472,000 passengers (1.4%) than in the previous year and the revenue from the public service increased by €1,798,000 (4.7% compared to 2017). These results also show the effort the company made in the quality of its service responding to client expectations and trying to attract new clients to public transport.

Following a 1.5% fare increase in 2017, after two years with no increases, the government increased fares by 2.0% in 2018, which was more than the inflation expected for the period that reached 1.0% in 2018.

The private hire in 2018 registered a slight fall of 1.6% compared to the previous year as a result of the reduction in occasional commercial services, which was more than the increase in fixed services. The drop was mainly in occasional services for religious tourism after a significant increase in 2017 driven by the Pope's visit to Portugal.

Nevertheless, the increase in other kinds of occasional services enabled TST to increase its revenue/km in the occasional services by 5.7% compared to the year before.

In terms of public service supply and in reply to the increase in demand that was seen, the company increased its supply by 414,000 km, 1.9% more than the previous year. The high-speed links to Lisbon recorded the greatest increase, noticing a progressive increase over the year, having been necessary providing more seats to Lisbon (Oriente station).

O serviço comercial de alugueres em 2018 registou uma ligeira quebra de 1,6% em relação ao ano anterior resultado de uma redução verificada nos serviços ocasionais, superior ao crescimento verificado nos serviços fixos. A quebra verificou-se essencialmente nos serviços ocasionais de turismo de cariz religioso, após o forte crescimento verificado em 2017 impulsionado pela visita do Papa a Portugal.

Não obstante, o crescimento havido noutros tipos de serviços ocasionais permitiu à TST crescer o proveito/km nos serviços ocasionais em 5,7% face ao ano anterior.

Ao nível da oferta de serviço público e como resposta ao aumento da procura verificado, a empresa aumentou a oferta num total de 414 mil kms, mais 1,9% de kms realizados do que no ano anterior. As carreiras rápidas para Lisboa, foram as que registaram o maior aumento, denotando-se um aumento progressivo ao longo do ano tendo havido a necessidade de reforçar a oferta nas carreiras para Lisboa (Gare Oriente).

No Verão de 2018, no âmbito do Programa Arrábida Sem Carros promovido pela CM Setúbal, foram criadas novas carreiras no serviço de praias de Setúbal o que provocou um aumento das necessidades de meios, tanto materiais, como humanos.

Na sequência da implementação de um rigoroso programa de monitorização e controlo de km em vazio, a empresa conseguiu reduzir em 27,4% os km em vazio técnico (404 mil kms) em relação ao ano de 2017.

No tocante à reformulação da rede de serviços, decorrente do estudo realizado com o apoio de especialistas externos de mobilidade, não foi possível a sua concretização. Não obstante o trabalho técnico desenvolvido junto de todos os Municípios da margem sul e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), a TST apenas conseguiu a sua concretização parcial nos Municípios de Montijo e de Sesimbra, tendo este último implementado de forma pioneira o transporte a pedido.

Na área de manutenção, o ano de 2018 caracterizou-se por uma consolidação da manutenção programada e melhoria da qualidade das intervenções, comprovado pelo valor das elevadas aprovações de ITV (Inspeção Técnica de Veículos).

No entanto, a necessidade de elevar os padrões de qualidade da manutenção teve como consequência o aumento da procura por serviços externos, maioritariamente junto dos representantes de marcas, ocasionando um aumento de gastos de manutenção de 12% face ao ano anterior para garantir a melhoria da fiabilidade, numa frota com idade média elevada.

Adicionalmente, destacamos a participação no Projeto "Driving Arriva", com reativação do ECO-TST iniciado em finais de 2017, através da formação de 761 motoristas, atuando na vertente comportamental com benefícios visíveis ao nível da redução de consumo (menos 0,96%), da redução de eventos/hora e na redução do total de acidentes e de acidentes de responsabilidade própria, nos motoristas com antiguidade superior a dois anos, em 18,1% e 13,7% respetivamente, face ao ano anterior.

Destacamos ainda a renovação da frota com a aquisição de viaturas mais amigas do ambiente (Euro 5), substituindo viaturas (Euro 1/Euro 2), o acompanhamento do projeto relativo ao controlo da pressão dos pneus em parceria com o fornecedor, a redução de consumo de gasóleo, o aumento da segurança rodoviária e a realização de auditorias Internas, em conformidade com a EU 2017/47 e Standards da DB/Arriva.

In the summer of 2018, under the scope of the Arrabida Without Cars programme organised by Setúbal municipality, new routes were created to serve the Setúbal beaches which created an increase in the need for material and human resources.

Following the implementation of a thorough monitoring and control programme of buses that were running 'out of service', the company managed to reduce the number of miles the 'out of service' buses covered by 27.4% (404,000 km) compared with 2017.

The reformulation of the service network, following a study conducted with the help of external mobility experts, could not be put into effect. Notwithstanding the technical work conducted with all the town councils on the peninsula of Setubal and Lisbon Metropolitan Area (AML), TST only managed to implement it partially in the towns of Montijo and Sesimbra, having implemented a pioneering 'transport on request' service in Sesimbra.

In the maintenance area, 2018 was ruled by a consolidation of the scheduled maintenance and improved quality of the work as proven by the high approval rate in the Vehicle Technical Inspections.

However, the need to raise the standards of the maintenance quality also meant there was greater demand for external services, mainly from manufacturers, creating a 12% increase in maintenance cost than the previous year to ensure a greater reliability, in a fleet with a high average age.

Furthermore, we should highlight the "Driving Arriva" Project with the restart of the ECO-TST which has begun in late 2017 through the training of 761 drivers, focusing on their behaviour with visible benefits in reducing fuel consumption (0.96% less), fewer events/hour and a reduction in the number of total accidents and in accidents where the company was to blame, involving drivers who had worked with us for more than two years, by 18.1% and 13.7% respectively, compared to the previous year.

We should also highlight the fleet renewal with the purchase of more environmentally-friendly vehicles (Euro 5) to replace (Euro 1/ Euro 2) vehicles, the monitoring of a project regarding tyre pressure control, in partnership with the supplier, the reduction in diesel consumption, increased road safety and internal audits in compliance with EU 2017/47 and the DB/Arriva standards.

As regards to infrastructure maintenance, the second phase of the waste yards at Laranjeiro, Moita and Sesimbra were implemented as part of the environment and safety accreditation and compliance with legal requirements. 2018 also saw the award of the system to reuse water from vehicle washing, reducing water consumption and the award of the extraction system by air recycling in the painting area, both at the Varzinha workshop.

In 2018, the Procurement Area was involved in several projects to improve internal processes in the company and its earnings.

A digital solution was implemented to control parts requisitions issued by peripheral areas and the management of requests for quotes made to suppliers on a daily basis. This solution aimed to increase transparency and efficiency in the purchase process, improving access to data and comparing the proposals that are received. From an economic point of view, there were various domestic calls for bids and several contracts were renegotiated with overall savings of €100,000 for the company.

In the customer care area, there was a 31% drop in the number of

Na manutenção de infraestruturas, realizou-se a 2ª fase da implementação do parque de resíduos no Laranjeiro, Moita e Sesimbra, no âmbito da certificação de ambiente e segurança e respetivo cumprimento de requisitos legais. Destacamos ainda em 2018 a adjudicação de sistema de reaproveitamento de águas da lavagem de viaturas, diminuindo o consumo de recursos hídricos e a adjudicação de sistema de extração por reciclagem de ar, na zona de pintura, ambas na oficina da Varzinha.

Em 2018, a Área de Aprovisionamentos esteve envolvida em vários projetos, que visaram quer a melhoria dos processos internos da empresa, quer os seus resultados económicos.

Foi implementada uma solução digital para controlo dos pedidos de requisição de peças emitidos pelos periféricos, bem como para a gestão dos pedidos de cotação que são realizados diariamente a fornecedores. Esta solução visou um acréscimo de transparência e eficiência no processo de compras pela melhoria no acesso aos dados e na comparação de propostas recebidas.

Do ponto de vista dos resultados económicos, foram realizados vários concursos a nível nacional e renegociados vários contratos que no seu conjunto, geraram € 0,1 milhão de benefício para a empresa.

Na área de atendimento ao cliente, verificou-se uma diminuição de 31% no número de reclamações que se deveu essencialmente à estabilidade verificada no quadro de colaboradores da Rede de Vendas, à introdução do zapping, título válido em todos os operadores da área metropolitana de Lisboa aderentes ao sistema, que permitiu satisfazer algumas pretensões há muito solicitadas pelos clientes e à redução do número de reclamações associadas ao pedido de faturas.

O website da TST continua a constituir o canal de comunicação mais importante com os clientes, motivo pelo qual se tem dedicado uma especial atenção no sentido de se promover a sua atualização e melhoramento. Essa é a razão pela qual os acessos ao site têm crescido ao longo dos anos. Em 2018 voltou a bater-se novo record de consultas, com um total de 3.321.248, o que, comparativamente a 2017, representa um crescimento de 8%.

Em 2018, a TST manteve a parceria com os organizadores do Festival Sol da Caparica tendo este esgotado, pela primeira vez em 5 anos, as 3 noites do festival. Como habitualmente a TST garantiu serviços especiais nas madrugadas dos dias do festival, realizado em agosto. Mantivemos a parceria com a Ticketline através da qual foi possível a aquisição do bilhete para o festival incluindo o transporte. A qual representou 53% da venda de títulos contra 18% em 2017.

A campanha de Praias efetuada no Verão de 2018 diferenciou-se dos anos anteriores pelo facto de a Câmara Municipal de Setúbal ter implementado medidas restritivas mais rigorosas à circulação de automóveis no acesso às praias da Arrábida. Estas medidas levaram a um reforço dos transportes públicos, traduzidos na criação de novas carreiras, tendo-se verificado uma procura acrescida por parte de não utilizadores habituais. Para esse efeito foi desenvolvida uma campanha de comunicação em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal.

complaints, mainly because of the stability in the Sales Network team, the introduction of 'zapping', a ticket that is valid on all operators in the Lisbon metropolitan area who joined this system, that solved some difficulties our customers had been asking for a long time and the reduction in the number of complaints regarding receipts.

The TST website continues to be the most important communications channel for the clients, which is why we have paid special attention to improving it and keeping it updated. This is also why site access has grown over the years. A new record was broken in 2018 with a total of 3,321,248 views, which was 8% more than in 2017.

TST maintain his partnership with the organisers of the Sol da Caparica Festival in 2018, which sold out the three nights of festival for the first time in five years. As usual, TST laid on special services in the early hours of the festival days, which was held in August. We had a partnership with Ticketline so people could buy festival tickets that included transport, which represented 53% of the tickets that were sold compared with just 18% in 2017.

The beach campaign that ran during the summer of 2018 stood out from the previous years because Setubal municipality implemented strict measures to avoid cars gaining access to the Arrabida beaches. These measures led to a need for more public transport and new routes with added demand from non-habitual users. We, therefore, developed a communication campaign in close collaboration with this town council.

Overall, the 2018 beach services carried more 12.6% passengers and we earned 12.3% more revenue. The weather conditions were favourable even if they were not exceptional.

TST's good performance regarding the Arrabida Without Cars programme was decisive in making this solution credible and created the conditions for it's repetition in the coming years with some changes and improvements that should arise from an in-depth analysis with all the bodies that are involved.

In September 2018, TST and Sesimbra municipality began a new on-demand transport system in Sesimbra that operated on specific times and routes. This kind of transport was implemented in low-density population areas where there is little demand. In order to maintain and in some cases bolster the transport supply, this solution means we can continue to ensure mobility to passengers who do not travel regularly.

The Almada Health Bus circuit, which TST first started running in September 2017, was created in collaboration with Almada municipality and proved itself in 2018 as a new flexible mobility service to serve the main health infrastructures in Almada and it is geared towards helping people who need to travel for health reasons.

Because of its characteristics and the fare, which were decided by the municipality, it has been well accepted by the clients and carried 200,488 passengers in 2018.

In 2018, the campaign to attract new clients from the universities was carried out at two university centres, the Faculty of Science and Technology and Setubal Polytechnic Institute.

As in previous years, we offered Viva Viagem reusable transport cards with €5 to spend on transport to all the students who took

Em termos globais, os serviços de praias em 2018 apresentaram um crescimento de 12,6% nos passageiros transportados, e de 12,3% nos proveitos. As condições climatéricas, não tendo sido excecionais, acabaram por ser favoráveis.

A boa prestação da TST relativamente ao programa Arrábida Sem Carros, acabou por ser determinante na credibilização desta solução, criando assim condições para que a mesma possa ser repetida nos próximos anos, com as necessárias adaptações e melhorias que deverão decorrer de uma análise profunda com todas as entidades envolvidas.

Em setembro de 2018, a TST, em articulação com a Câmara Municipal de Sesimbra, iniciou, no concelho de Sesimbra, um novo modelo de transporte a pedido, com funcionamento em percursos e períodos específicos. Esta modalidade de transporte foi implementada em zonas de baixa densidade populacional onde a procura é reduzida. Com o intuito de manter, e em alguns casos reforçar, a oferta de transporte, esta solução permite continuar a assegurar a mobilidade a um conjunto de passageiros cujas deslocações não têm um carácter regular.

O circuito Almada Bus Saúde, inaugurado em setembro de 2017 e operado pela TST, foi criado em colaboração com o município de Almada, tendo-se afirmado em 2018 como um novo serviço de mobilidade flexível, de modo a servir os principais equipamentos de saúde de Almada e vocacionado para apoiar as deslocações por motivo saúde.

Face às suas características e aos tarifários praticados, definidos pelo Município, apresentou uma boa aceitação por parte dos clientes, tendo transportado 200.488 passageiros em 2018.

Em 2018 a campanha de angariação de novos clientes junto das universidades foi desenvolvida em 2 polos universitários, a FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia e o IPS – Instituto Politécnico de Setúbal.

À semelhança do ano anterior foi oferecido um cartão Viva Viagem com cinco euros em unidades de transporte a todos os alunos que realizassem o cartão Lisboa Viva connosco, permitindo que estes pudessem experimentar viajar com a TST sem quaisquer custos.

Com os objetivos propostos de esclarecer os estudantes sobre as opções de mobilidade, dar visibilidade e notoriedade à marca, disponibilizando ainda a opção de compra do título de transporte no local, a campanha constituiu uma enorme vantagem para os interessados tendo o número de cartões elaborados em 2018 representado um crescimento de 12,6% relativamente ao ano anterior.

O ano de 2018 apresentou novos desafios na área de Recursos Humanos, nomeadamente na necessidade de equilíbrio do efetivo, decorrente do atual dinamismo do mercado de trabalho e das alterações legislativas na antecipação da reforma, para além das várias iniciativas de integração das políticas e projetos do grupo (DB Arriva).

Na área de recrutamento e formação tivemos como objetivo principal reforçar o quadro de pessoal, num processo contínuo de admissão e formação de motoristas e colaboradores oficiais, bem como assegurar a formação contínua dos restantes ativos, nas vertentes das competências pessoais e técnicas, processo este, transversal a todos os grupos funcionais.

out their Lisboa Viva card with us, so they could try travelling on TST free of charge.

The aim was to clarify the students about the mobility options, make the brand more visible and we also offered the possibility of buying the transport card on-site. The campaign offered great advantages for those students who were interested, and we sold 12.6% more cards in 2018 than the previous year.

The Human Resources area was faced with new challenges in 2018 regarding the need to balance the workforce as a result of the upswing in the labour market and changes to the early retirement law, along with various tasks regarding the integration of DB Arriva group policies and projects.

The main aim of the recruitment and training area was to boost the workforce in a continuous process by hiring and training drivers and workshop personnel as well as ensuring the on-going training of the other workers in various personal and technical skills which is transversal to all functional groups.

We also conducted an internal employee satisfaction survey this year, which is done every two years for all DB/Arriva group companies, the results of which will be used as improvements in the management process in areas such as communication, work processes, relationships with superiors and others.

Under the scope of the Company's Internal Social Responsibility, we continue to support workers and their families, at the birth of babies, weddings and awarding prizes to the best students finishing 12th grade at school.

We also established various protocols in the health areas and others, which apart from direct benefits in the acquisition of goods and services, enable us to strengthen relationships with local bodies and promote their activity and visibility in the business fabric.

Externally, we maintained various supports to public health bodies to allow the mobility of poor people to basic medical care, in the education area we supported school merit prizes and social and sports activities and continued sponsoring the sport and culture area.

TST paid tribute to its 90-year-old clients in Setubal for the sixth year in a row at the Casa da Baía in Setubal on 28 November, rewarding their example of using public transport. Each of them is an example of perseverance, positivism and determination that we want to keep accompanying. This year we had the honour of paying tribute to 20 clients who still keep their autonomy and prefer TST as their mobility solution.

Turning to information technologies, the Human Resource department was assisted with implementing the Workday and Avature Project. There was also technical support to produce an App for the company services together with the Operation Support Department and there was constant monitoring of the ticket sales.

In May 2018 the General Data Protection Regulation came into force, requiring in-depth changes to the company's internal procedures. We defined and put the mechanisms into practice to comply with the regulation regarding the collection, maintenance, availability to the data owners and the deletion of personal data.

Realizámos também este ano, o inquérito interno de satisfação dos Colaboradores, feito a cada dois anos, por todas as empresas do grupo DB/Arriva, cujos resultados serão utilizados como melhorias no processo de gestão, em áreas como comunicação, processos de trabalho, relacionamento com a chefia e outros.

No âmbito da Responsabilidade Social interna da Empresa continuámos a apoiar os colaboradores e suas famílias, no nascimento de bebés, nos casamentos e na atribuição de prémio para os melhores alunos que concluem o 12º ano.

Estabelecemos também diversos protocolos nas áreas da saúde e outras, que para além dos benefícios diretos na aquisição de bens e serviços, permitem-nos reforçar as relações com as entidades locais, promovendo também a sua atividade e visibilidade no tecido empresarial.

Na vertente externa, mantivemos vários apoios a entidades de saúde pública, permitindo a mobilidade de pessoas carenciadas aos cuidados médicos fundamentais, na área de educação apoiámos os prémios de mérito escolar e nas atividades socio desportivas, demos continuidade aos patrocínios na área de desporto e cultura.

No dia 28 de novembro, na Casa da Baía em Setúbal, com o objetivo de destacar a mobilidade inclusiva, a TST homenageou, pelo sexto ano consecutivo, os seus clientes nonagenários de Setúbal, premiando o seu exemplo na utilização dos transportes públicos. Cada um destes clientes é um exemplo de perseverança, positivismo e vontade que queremos continuar a acompanhar. Este ano tivemos a honra de homenagear 20 clientes que continuam a manter a sua autonomia e a preferirem a TST como a sua solução de mobilidade.

Em relação às tecnologias de informação, foi dada assistência técnica à Direção de Recursos Humanos na implementação do Projeto Workday e Avature. Realçamos o apoio técnico à elaboração duma APP dos serviços da Empresa em conjunto com a Direção de Apoio à Operação e destacamos ainda a monitorização constante da bilhética instalada.

Em maio de 2018 entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados, que requereu uma adaptação profunda dos procedimentos internos da Empresa. Foram definidos e colocados em prática os mecanismos necessários para dar resposta a este regulamento no que respeita à recolha, manutenção, disponibilização aos seus titulares e destruição de dados pessoais.

No que respeita às certificações da Empresa em Qualidade, Ambiente e Segurança, 2018 foi um ano de transição para a TST com a mudança dos responsáveis do Sistema de Gestão Integrado e tentativa de maior aproximação às áreas. Nas vertentes de Ambiente e Segurança manteve-se o trabalho de sensibilização dos colaboradores procurando reduzir os índices de sinistralidade laboral na Empresa e minimizar o impacto da sua atividade no meio envolvente, continuando esse trabalho em 2019.

Em 2018, a empresa apresentou um crescimento de receitas de € 1,7 milhões, tendo o volume de negócios ascendido a € 44,8 milhões (€ 43,1 milhões em 2017). O crescimento verificou-se essencialmente ao aumento do número de passageiros

2018 was a transition year for TST as regards the Company accreditation in Quality, Environment and Safety, with changes to those responsible for the Integrated Management System and the attempt to get closer to the areas. The Environment and Safety areas continued with their work of making employees more aware and trying to reduce workplace accidents in the Company while minimising the impact of their activities on the environment, continuing with this work in 2019.

The company revenues increase €1.7 million in 2018 bringing the turnover to €44.8 million (€43.1 million in 2017). This growth was mainly because of an increase in the number of passengers and an average fare increase of 2.0% since the commercial and hire activity saw a slight decrease of €100,000 compared to the previous year. The main operating costs rose by €1.6 million over the year with diesel costs climbing by €1.0 million, mainly because of the increase in fuel tax and another €400,000 with drivers' wages. Maintenance costs went up by €200,000 after having to resort to more external services.

The year was positively influenced by higher passenger numbers and negatively by an average 10.8% increase in fuel prices. EBITDA was €2.4 million, the same as in the previous year.

The company's operating profit (earnings before interest and taxes) in 2018 was negative €2.7 million, the same as in 2017. We still have to highlight the significant impact of the "non-cash" costs (amortisation and impairments) on the earnings because of the significant investment we made in recent years in ticketing, operating support technology and fleet renewal, as well as goodwill where the amortisation costs €1.3 million a year.

The financial profit continues to benefit from the low interest rates.

A total of €3.4 million was invested in 2018, the same amount as in 2017, of which €3.1 million went on new buses to partially renew the fleet.

If the increase in passenger numbers continues, aided by the introduction of the new 30/40 fare, which should have a major impact on TST because of significant reduction in the price that passengers have to pay for their monthly passes into Lisbon, we can consider that the main risks in 2019 continue to be the rejection of network changes by the local municipalities, because of the up-coming public tenders for the Lisbon Metropolitan Area and the hiring/retaining of enough drivers to meet the anticipated increase in demand. Over and above this there is the treasury risk that is inherent in the new fares that is the same for most operators despite the measures the government has come forward with to mitigate this effect.

On the other hand, as a major opportunity, we can consider the tendering of public transport service in the Lisbon Metropolitan Area that may occur in 2019, though not ignoring the inherent risks the bidding companies are subject to in a public tender to award certain concessions.

TST's most relevant financial risks are its exposure to liquidity or funding risks, raw material risks, particularly diesel, and interest rate risk.

The financial policy at DB Group establishes a series of risk management objectives regarding the fluctuation of diesel prices and the fluctuation of interest rates, among other financial risks, which

e ao aumento tarifário médio de 2.0%, uma vez que a atividade comercial de alugueres registou um ligeiro decréscimo de € 0,1 milhões face ao ano anterior. Os principais gastos operacionais diretos sofreram um acréscimo de € 1,6 milhões no período com os gastos com o gasóleo a aumentarem € 1,0 milhões resultado essencialmente do aumento do preço e do ISP, e os gastos com salários de motoristas € 0,4 milhões. Os gastos de manutenção aumentaram € 0,2 milhões na sequência do recurso obrigatório a mais serviços no exterior.

Num ano marcado positivamente pelo aumento de passageiros e negativamente pelo aumento do preço médio do gasóleo em 10,8%, o EBITDA apresentou um valor positivo de € 2.4 milhões, valor idêntico ao apresentado em igual período do ano anterior.

A nível do resultado operacional (resultados antes de encargos de financiamento e impostos), a empresa registou em 2018 um resultado operacional negativo de € 2,7 milhões, idêntico ao valor apresentado em 2017. Continuamos a salientar o ainda elevado impacto no resultado dos custos "non-cash" (amortizações e imparidades) decorrentes do forte investimento realizados nos últimos anos em bilhética, tecnologias de apoio à exploração e renovação da frota, bem como do goodwill cuja amortização ascende a € 1,3 milhões por ano.

Os resultados financeiros continuam a beneficiar do baixo valor das taxas de juro.

O total do investimento realizado em 2018 foi de € 3,4 milhões, idêntico a 2017, dos quais € 3,1 milhões dizem respeito à aquisição de autocarros, para renovação parcial da frota.

Mantendo-se a continuação da tendência de crescimento do número de passageiros, reforçada pela introdução do novo tarifário 30/40, cujo impacto se prevê de grande importância na TST pela significativa redução no preço a pagar pelo utilizador nos passes para Lisboa, podemos considerar como principais riscos da atividade em 2019 a continua inviabilização por parte dos Municípios das propostas de reestruturação da rede, em virtude da proximidade com os concursos públicos para a área metropolitana de Lisboa, e a admissão/retenção do número de motoristas adequado para responder aos previsíveis aumentos da procura. A estes fatores acresce o risco de tesouraria inerente ao novo tarifário, transversal à maioria dos operadores, apesar das medidas avançadas pelo governo que visam mitigar esse efeito.

Ao invés e como principal oportunidade, podemos considerar a contratualização do serviço de Transportes Públicos na região da AML possivelmente ainda em 2019, não descurando os riscos inerentes a que estão sujeitas as empresas concorrentes a um concurso público de atribuição de determinada concessão.

Os riscos financeiros mais relevantes a que a TST se encontra exposta são o risco de liquidez ou de funding, risco das matérias primas em particular do gasóleo e o risco de taxa de juro.

A política financeira do Grupo DB estabelece um conjunto de objetivos de gestão do risco de flutuação do preço do gasóleo e de flutuação de taxas de juro, entre outros riscos financeiros, que permite a gestão efetiva do negócio da empresa à luz da tendência de preços de médio longo prazo.

O Grupo DB segue uma política de financiamento interno às empresas do grupo pelo que o endividamento atual da TST é maioritariamente da casa-mãe. Além do crédito disponível junto do Grupo, a TST dispõe de linhas de crédito em bancos locais,

allow for the effective management of the company's business in light of the medium and long-term price trends.

DB group follows an internal funding policy for group companies, so TST's current borrowings mostly come from the parent company. Apart from the credit that is available from the Group, TST has credit lines at local banks that it considered to be relevant in debt management and the short and medium-term liquidity risk.

The DB Group internal auditing plan also includes auditing the company's activities, systems and processes to assess the adequacy and effectiveness of the internal control systems that have been implemented, according to good international practice and the rules established for the Group.

2 | Future Prospects

The government has defined an average increase in public transport prices of 1.14% for 2019, but only for tickets bought aboard the buses or occasional tickets. There will be no increase in the price of transport passes.

The new 'Navegante Metropolitano' and 'Navegante Municipal' passes, which are included in the 2019 budget, will come into force on April 1st, these new passes keep the 4_18, sub23 and social+ discounts but are also going to be free for children aged under 12. The "family pass" where a household will pay no more than €80.00 for the transport passes will probably come into force in the second half of the year. This solution aims to encourage demand, improve mobility and cut carbon emissions from private transport as people move over to public transport.

The international call for bids for the concession of the municipal and intermunicipal public road transport networks in the Lisbon Metropolitan Area (AML) is expected to be launched in the first half of 2019, according to the latest information from the AML. The model that is chosen for the call for bids is "Gross Cost", where the private operator will be remunerated according to the number of kilometres they cover.

It is also expected that the Social + programme, aimed at low-income users or members of households with low incomes is extended to the rest of the country in 2019 after the government decided not to do so in 2018.

Fuel tax went up one and a half cents a litre at the beginning of 2019 because of an increase in the carbon tax. No further increases are expected in 2019.

The most recent World Bank forecasts say that oil prices should remain at around \$66 a barrel in 2019 and \$65 in 2020, a downwards revision compared to the October 2018 forecast caused by lower-than-expected global growth and greater American production than expected. The analysts also said that after a fall in late 2018, oil prices have risen continuously since the start of the year.

The European Central Bank (ECB) recently said it wanted to maintain interest rates at their current levels until the end of the year. The Portuguese economy is expected to continue growing between 2019 and 2021 because of the favourable economic and financial situation. The growth will, however, be more timid than in recent years as global trade slows down. The Bank of Portugal has issued a provisional forecast showing GDP should go up 1.7% in 2019 and 2020 and then slip back to 1.6% in 2021.

que considera relevantes na gestão da dívida e do risco de liquidez de curto e médio longo prazo.

Encontra-se ainda incluído no plano de auditoria interna do Grupo DB, a auditoria às atividades, sistemas e processos da instituição que permitem avaliar a adequação e a eficácia dos vários sistemas de controlo interno implementados, de acordo com as boas práticas internacionais e o normativo estabelecido para o Grupo.

2 | Perspetivas Futuras

Para 2019, o Governo definiu um aumento médio do preço dos transportes públicos de 1,14%, apenas sobre o preço dos bilhetes comprados a bordo ou títulos ocasionais. Os Passes não sofrem alterações no tarifário.

Incluído no OE para 2019, irão entrar em vigor em 1 de abril os novos passes 'Navegante Metropolitano' e 'Navegante Municipal'. Estes novos títulos mantêm os descontos sociais do 4_18, sub23 e social+, introduzindo também o título gratuito para menores de 12 anos. O 'passo família', em que o agregado familiar irá pagar € 80,00 no máximo pelos títulos de transporte, entrará em vigor previsivelmente no segundo semestre do ano. Esta solução visa estimular a procura, melhorar a mobilidade e diminuir as emissões de carbono via uma redução do transporte individual em favor do transporte público.

O concurso público internacional para a concessão das redes municipais e intermunicipais de transporte público rodoviário da Área Metropolitana de Lisboa (AML) deverá ser lançado no final do primeiro semestre de 2019, segundo informação recente da AML. O modelo escolhido para o concurso será o de "Gross Cost", sendo o operador privado remunerado mediante o número de quilómetros realizado.

Perspetiva-se também que programa Social+, destinados aos utentes com baixos rendimentos ou inseridos em agregados familiares que auferam rendimentos reduzidos, seja extensível ao resto do país em 2019 depois de o governo ter optado por não o fazer em 2018.

Confirma-se a subida do ISP, no início de 2019, em um cêntimo e meio cêntimo por litro por via do aumento da taxa de carbono. Não se esperam mais aumentos em 2019.

Segundo as mais recentes previsões do Banco Mundial, os preços do petróleo deverão registar uma média de 66 dólares por barril em 2019 e 65 dólares em 2020, uma revisão em baixa face à previsão de outubro de 2018, devido ao crescimento mundial abaixo do esperado e uma produção norte-americana maior do que o previsto. Ainda segundo os analistas, depois de uma queda no final de 2018, os preços do petróleo têm subido de forma sustentada desde o início do ano.

Relativamente às taxas de juro, o Banco Central Europeu (BCE) deu indicações recentes de que pretende manter as taxas de juro atuais até ao final deste ano. Enquadrada por uma envolvente económica e financeira globalmente favorável, a economia portuguesa deverá continuar a crescer no triénio 2019-2021. Um crescimento, no entanto, mais tímido que o verificado nos últimos anos, devido a um abrandamento do comércio mundial. De forma previewal, o Banco de Portugal apresenta para 2019 e 2020 um PIB de 1,7%, sendo de 1,6% para 2021.

This growth model for the Portuguese economy is based on an increase in private consumption (2.7% in 2019) greater investment and higher exports (3.8% forecast for 2019).

Employment is also forecast to keep growing though at a more moderate rate, expecting unemployment to fall to 6.1% in 2019 compared to the 7% seen in 2018. Inflation is also expected to fall from 1.2% in 2018 to 0.8% in 2019.

Regarding the decision to build a new airport in Montijo as a secondary site for the main Lisbon airport at Portela, a solution called "Portela+1", the government is still waiting for the findings of the environmental impact study, but it expects to complete the work by 2022, according to a memorandum of understanding the Portuguese government signed with ANA Aeroportos de Portugal S.A.

As the new airport is inside the geographic area where TST operates, it is expected that this project will ensure that the record number of tourists seen over recent years is not impacted by a lack of capacity at Lisbon airport. The work will contribute towards a new stage of the development of the south of Lisbon.

A new road-rail interface is expected to be built in Setúbal to ensure greater integration of these two modes of transport. It should be completed for 2021.

At a meeting of the Deutsche Bahn AG Supervisory Committee on 27 March 2019, a decision was taken to start the process of selling off the Arriva subgroup, which includes our company, through a direct sale operation to one or more investors of some or all of the shares of Arriva plc or through an IPO (Initial Public Offering).

The possible changes to the Arriva plc shareholders over the next 12 months may limit the management decisions of the current board of directors in terms of the entity itself and the Group, including the funding of its subsidiaries' activities.

Given the currently unforeseeable effects of any impacts on the company activity arising from (i) the launch of the international public call for tenders for the concession of the municipal and inter-municipal road transport networks in the Lisbon Metropolitan Area; (ii) the treasury risk associated with the new 30/40 fare and (iii) the alterations to the shareholder structure that may come out of the sale of the Arriva Group, with repercussions in terms of strategic planning for the future and the sources of funding, the Board considers there is an added uncertainty regarding future operations but it is, nevertheless, convinced that there are conditions to successfully participate in the call for tenders and to maintain the road public transport activity.

New technologies continue to play an increasingly role in the lives of citizens and companies. On one hand, changing behaviour and client expectations show they want more and more resources, more flexibility, attractive prices and easy ways of purchasing and paying, preferably virtual system.

On the other hand, the introduction of digital systems is influencing the appearance of new alternative mobility solution businesses that are more and more responsive to passengers.

In order to overcome these challenges, in a sector that is undergoing change and faced with technological evolution and strict cost control of the service, TST shall remain alert to the trends and try and respond to client demands with innovative solutions that make their daily lives easier.

Este modelo de crescimento traçado para a economia portuguesa mantém-se assente no crescimento do consumo privado (2,7% previsto para 2019), no dinamismo do Investimento e no aumento suportado das exportações (3,8% previstos para 2019).

Ainda de forma previsional, espera-se que, embora a um ritmo mais moderado, o emprego continue a crescer, espelhando um decréscimo na taxa de desemprego para 2019 de 6,1% face aos 7% registados em 2018. Espera-se que a inflação diminua de 1,2% em 2018 para 0,8% em 2019.

Relativamente à decisão sobre a construção do novo aeroporto no Montijo como complemento ao aeroporto da Portela, solução "Portela+1", o governo aguarda ainda a conclusão de estudos de impacto ambiental, sendo que está prevista a conclusão da obra em 2022 de acordo com o memorando de entendimento assinado o Governo português e a ANA Aeroportos de Portugal S.A.

Inserido na área geográfica onde a TST opera, perspetiva-se que este novo projeto venha garantir que os números recordes do turismo dos últimos anos não ficam prejudicados com a falta de capacidade do aeroporto de Lisboa. A obra irá contribuir para uma nova etapa no desenvolvimento da margem sul.

Em Setúbal, está prevista a construção de um novo terminal interface rodo e ferroviário que visa permitir uma maior integração entre estes dois modos de transporte. A sua conclusão está prevista para 2021.

Em reunião do Comité de Supervisão da Deutsche Bahn AG, de 27 de março de 2019, foi tomada a decisão de se iniciar o processo de venda do subgrupo Arriva, no qual se inclui a Empresa, através de uma operação de venda direta a um ou mais investidores de parte ou da totalidade das ações da Arriva plc ou através do lançamento de um IPO ("Initial Public Offering").

A possibilidade de alteração dos detentores de capital na Arriva plc dentro dos próximos 12 meses poderá condicionar as decisões de gestão da sua atual Administração não só a nível da entidade como também do próprio Grupo, incluindo o financiamento das atividades das suas subsidiárias.

Dado os efeitos imprevisíveis a esta data dos eventuais impactos na atividade da Empresa decorrentes (i) do lançamento do concurso público internacional para a concessão das redes municipais e intermunicipais de transporte rodoviário da Área Metropolitana de Lisboa; (ii) do risco de tesouraria associado ao novo tarifário 30/40 e (iii) das alterações na estrutura acionista que poderão resultar do processo de venda do Grupo Arriva, com repercussões em termos do plano estratégico para o futuro e das fontes de financiamento a utilizar, a Administração considera existir uma acrescida incerteza relativamente ao futuro das operações, sendo contudo convicção do Conselho de Administração que existem condições para uma participação com sucesso no concurso público a ser lançado, e para a manutenção da atividade de transportes público rodoviário.

As novas tecnologias continuam a ter um papel cada vez mais importante na vida dos cidadãos e das empresas. Por um lado, a alteração do comportamento e das expectativas dos clientes que revelam pretender cada vez mais meios disponíveis, mais flexíveis, preços atrativos e facilidade de aquisição e de pagamento, de preferência desmaterializada.

Por outro lado, a introdução do digital e a forma preponderante

3 | References

The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have contributed towards the development of the company's activity, mainly our clients, suppliers, consultants, banks and other private and public entities.

Management also conveys its recognition to all the company's employees, whose efforts, dedication and competence during the year.

Finally, the shareholder is thanked for the incentive, follow-up and support offered throughout this year.

4 | Proposal for the Distribution of Earnings

Pursuant to article 66, point 5 paragraph f) of the Companies' Code and in compliance with the Company's Articles of Association, we propose that the net loss of the year ended on 31 December 2018 of €2,472,676.65 be transferred to retained earnings.

como está a influenciar o aparecimento de novos negócios e de soluções de mobilidade alternativas cada vez mais responsivas ao passageiro.

Para fazer face aos desafios, num sector em mudança e caracterizado pela evolução tecnológica a par com o rigoroso controlo dos custos do serviço, a TST continuará atenta às tendências e tenta responder às exigências dos clientes com soluções inovadoras que facilitem o dia-a-dia.

3 | Referências

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A Administração expressa também o seu reconhecimento aos colaboradores da empresa pelo esforço, dedicação e competência no desempenho das suas funções.

Por fim agradece ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

4 | Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido Negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de € 2.472.676,65, seja transferido para Resultados Transitados.

Laranjeiro, 29 de março de 2019 | *Laranjeiro, 29 March 2019*

A ADMINISTRAÇÃO | THE BOARD OF DIRECTORS

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio (Presidente) (*Chairman*)

José Manuel de Sá Guimas

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. *FINANCIAL STATEMENTS*



3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	períodos findos em 31 de dezembro	
		2018	2017 (Reexpresso)
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	19 393 367,63	19 672 304,77
Ativos intangíveis	7	9 863 207,63	11 342 261,63
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	4 272,08	4 272,08
Outros investimentos financeiros	8	301 668,85	256 882,62
Ativos por impostos diferidos	9	2 264 587,36	1 777 027,08
		<u>31 827 103,55</u>	<u>33 052 748,18</u>
Activo corrente			
Inventários	10	252 093,50	262 533,87
Clientes	11	1 513 375,31	1 463 177,29
Estado e outros entes públicos	12	516 603,09	425 942,92
Outros créditos a receber	13	6 952 860,91	6 954 080,84
Diferimentos	14	165 002,84	138 399,32
Caixa e depósitos bancários	4	363 131,39	1 093 097,27
		<u>9 763 067,04</u>	<u>10 337 231,51</u>
Total do ativo		<u>41 590 170,59</u>	<u>43 389 979,69</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	5 719 810,00	5 719 810,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	10 525 000,00	10 525 000,00
Reservas legais	15	1 410 437,11	1 410 437,11
Resultados transitados		(4 719 243,00)	(1 735 434,38)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	495 616,09	797 003,51
Resultado líquido do período		<u>(2 472 676,65)</u>	<u>(2 983 808,62)</u>
Total do capital próprio		<u>10 958 943,55</u>	<u>13 733 007,62</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	530 029,45	543 217,82
Financiamentos obtidos	18	2 312 500,00	3 928 600,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	290 697,00	363 843,00
Outras dívidas a pagar	20	2 443 888,54	2 531 388,12
		<u>5 577 114,99</u>	<u>7 367 048,94</u>
Corrente			
Provisões	17	80 000,00	127 996,71
Fornecedores	19	3 398 194,65	4 905 021,10
Adiantamentos de clientes		1 377,33	1 956,52
Estado e outros entes públicos	12	1 010 710,98	1 015 622,71
Financiamentos obtidos	18	15 530 800,83	11 372 800,00
Outras dívidas a pagar	20	4 355 182,94	4 295 070,78
Diferimentos	14	677 845,32	571 455,31
		<u>25 054 112,05</u>	<u>22 289 923,13</u>
Total do passivo		<u>30 631 227,04</u>	<u>29 656 972,07</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>41 590 170,59</u>	<u>43 389 979,69</u>

A ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimas
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

BALANCE SHEET PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2017

	Notes	2018	2017 (Reexpresso)
ASSETS			
Non-Current			
Tangible fixed assets	6	19 393 367,63	19 672 304,77
Intangible assets	7	9 863 207,63	11 342 261,63
Investments - Equity method	8	4 272,08	4 272,08
Other financial investments	8	301 668,85	256 882,62
Deferred tax assets	9	2 264 587,36	1 777 027,08
		<u>31 827 103,55</u>	<u>33 052 748,18</u>
Current			
Inventories	10	252 093,50	262 533,87
Trade debtors	11	1 513 375,31	1 463 177,29
State and other public entities	12	516 603,09	425 942,92
Other receivables	13	6 952 860,91	6 954 080,84
Deferrals	14	165 002,84	138 399,32
Cash and bank deposits	4	363 131,39	1 093 097,27
		<u>9 763 067,04</u>	<u>10 337 231,51</u>
Total assets		<u>41 590 170,59</u>	<u>43 389 979,69</u>
EQUITY			
Share capital	15	5 719 810,00	5 719 810,00
Supplementary	15	10 525 000,00	10 525 000,00
Legal reserves	15	1 410 437,11	1 410 437,11
Retained earnings		(4 719 243,00)	(1 735 434,38)
Other variations in equity	16	495 616,09	797 003,51
Net result for the period		(2 472 676,65)	(2 983 808,62)
Total equity		<u>10 958 943,55</u>	<u>13 733 007,62</u>
LIABILITIES			
Non-current			
Provisions	17	530 029,45	543 217,82
Borrowings	18	2 312 500,00	3 928 600,00
Liabilities for post-employment benefits	21	290 697,00	363 843,00
Other payables	20	2 443 888,54	2 531 388,12
		<u>5 577 114,99</u>	<u>7 367 048,94</u>
Current			
Provisions	17	80 000,00	127 996,71
Trade creditors	19	3 398 194,65	4 905 021,10
Advances from clients		1 377,33	1 956,52
State and other public entities	12	1 010 710,98	1 015 622,71
Borrowings	18	15 530 800,83	11 372 800,00
Other payables	20	4 355 182,94	4 295 070,78
Deferrals	14	677 845,32	571 455,31
		<u>25 054 112,05</u>	<u>22 289 923,13</u>
Total liabilities		<u>30 631 227,04</u>	<u>29 656 972,07</u>
Total equity and liabilities		<u>41 590 170,59</u>	<u>43 389 979,69</u>

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2018

THE BOARD OF DIRECTORS

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio (president)
José Manuel de Sá Guimarães
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017
Serviços prestados	22	44 796 174,70	43 051 559,97
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	8	70 320,83	45 385,27
Trabalhos para a própria entidade	23	151 827,84	217 485,07
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(13 439 214,47)	(12 207 215,85)
Fornecimentos e serviços externos	24	(7 498 457,28)	(7 351 854,75)
Gastos com o pessoal	25	(22 187 961,03)	(22 043 141,46)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(560,76)	(3 966,48)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,13	(10 632,29)	(245,60)
Provisões (aumentos/reduções)	17	(286 923,49)	(204 652,71)
Outros rendimentos	26	1 434 190,22	1 406 829,34
Outros gastos	27	(561 091,90)	(466 359,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 467 672,37	2 443 823,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	(5 173 809,85)	(5 158 915,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 706 137,48)	(2 715 092,35)
Juros e gastos similares suportados	28	(194 364,54)	(231 567,12)
Resultado antes de impostos		(2 900 502,02)	(2 946 659,47)
Imposto sobre o rendimento do período	29	427 825,37	(37 149,15)
Resultado líquido do período		(2 472 676,65)	(2 983 808,62)
Resultado por ação básico		(2,16)	(2,61)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimas
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

PROFIT AND LOSS STATEMENT

REVENUES AND COSTS	Notes	Period ended 31st December 2018	
		2018	2017
Services rendered	22	44 796 174,70	43 051 559,97
Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated	8	70 320,83	45 385,27
Capitalization of own costs	23	151 827,84	217 485,07
Cost of goods sold	10	(13 439 214,47)	(12 207 215,85)
External services	24	(7 498 457,28)	(7 351 854,75)
Staff costs	25	(22 187 961,03)	(22 043 141,46)
Impairment of inventories (losses/reversals)	10	(560,76)	(3 966,48)
Impairment of receivables (losses/reversals)	11,13	(10 632,29)	(245,60)
Provisions (increases/decreases)	17	(286 923,49)	(204 652,71)
Other operating revenues and gains	26	1 434 190,22	1 406 829,34
Other operating costs and losses	27	(561 091,90)	(466 359,57)
Profit before depreciations, financial costs and taxes		2 467 672,37	2 443 823,23
Costs/reversals of depreciations and amortizations	6,7	(5 173 809,85)	(5 158 915,58)
Operating profit (before financial costs and taxes)		(2 706 137,48)	(2 715 092,35)
Interests and similar expenses	28	(194 364,54)	(231 567,12)
Profit before tax		(2 900 502,02)	(2 946 659,47)
Income tax for the period	29	427 825,37	(37 149,15)
Net profit for the period		(2 472 676,65)	(2 983 808,62)
Earnings per share		(2,16)	(2,61)

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2018.

THE BOARD OF DIRECTORS

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio (president)
José Manuel de Sá Guimarães
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de capital	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	
Em 1 de Janeiro de 2017	5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	414 407,45	1 152 646,86	(2 149 841,83)	12 797 459,59	
Alterações no período								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	(458 894,64)	-	(458 894,64)	
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)		-	-	-	103 251,29	-	103 251,29	
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016		-	-	(2 149 841,83)	-	2 149 841,83	-	
		-	-	(2 149 841,83)	(355 643,35)	2 149 841,83	(355 643,35)	
Resultado líquido do período						(2 983 808,62)	(2 983 808,62)	
Resultado Integral						(2 983 808,62)	(2 983 808,62)	
Operações com detentores de capital no período								
Realização de prestações acessórias		-	4 275 000,00	-	-	-	4 275 000,00	
		-	4 275 000,00	-	-	-	4 275 000,00	
Em 31 de dezembro de 2017	15,16	5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(1 735 434,38)	797 003,51	(2 983 808,62)	13 733 007,62
Em 1 de Janeiro de 2018		5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(1 735 434,38)	797 003,51	(2 983 808,62)	13 733 007,62
Alterações no período								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	(388 887,00)	-	(388 887,00)	
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)	16	-	-	-	87 499,58	-	87 499,58	
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017		-	-	(2 983 808,62)	-	2 983 808,62	-	
		-	-	(2 983 808,62)	(301 387,42)	2 983 808,62	(301 387,42)	
Resultado líquido do período						(2 472 676,65)	(2 472 676,65)	
Resultado Integral						(2 472 676,65)	(2 472 676,65)	
Em 31 de dezembro de 2018	15,16	5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(4 719 243,00)	495 616,09	(2 472 676,65)	10 958 943,55

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimas
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

EQUITY STATEMENT FOR THE PERIOD ENDED 31 DECEMBER 2018

	Notes	Share capital	Supplementary	Legal reserves	Retained earnings	Other variation in equity	Net Result for the equity	Total do equity
Balance at 1 January 2017		5 719 810,00	6 250 000,00	1 410 437,11	414 407,45	1 152 646,86	(2 149 841,83)	12 797 459,59
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(458 894,64)	-	(458 894,64)
Fiscal effect on investment subsidy		-	-	-	-	103 251,29	-	103 251,29
Application of the net profit for the period ended 31 Decembre 2016		-	-	-	(2 149 841,83)	-	2 149 841,83	-
		-	-	-	(2 149 841,83)	(355 643,35)	2 149 841,83	(355 643,35)
Profit/(loss) for the period							(2 983 808,62)	(2 983 808,62)
Comprehensive Income							(2 983 808,62)	(2 983 808,62)
Transactions with shareholders								
Realization of supplementary		-	4 275 000,00	-	-	-	-	4 275 000,00
		-	4 275 000,00	-	-	-	-	4 275 000,00
Balance as at 31 December 2017	15,16	5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(1 735 434,38)	797 003,51	(2 983 808,62)	13 733 007,62
Balance at 1 January 2018		5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(1 735 434,38)	797 003,51	(2 983 808,62)	13 733 007,62
Movements in the year								
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(388 887,00)	-	(388 887,00)
Fiscal effect on investment subsidy	16	-	-	-	-	87 499,58	-	87 499,58
Application of the net profit for the period ended 31 Decembre 2017		-	-	-	(2 983 808,62)	-	2 983 808,62	-
		-	-	-	(2 983 808,62)	(301 387,42)	2 983 808,62	(301 387,42)
Profit/(loss) for the period							(2 472 676,65)	(2 472 676,65)
Comprehensive Income							(2 472 676,65)	(2 472 676,65)
Balance as at 31 December 2018	15,16	5 719 810,00	10 525 000,00	1 410 437,11	(4 719 243,00)	495 616,09	(2 472 676,65)	10 958 943,55

The accompanying notes are an integral part of the equity statement for the period ended 31 December 2018.

THE BOARD OF DIRECTORS

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio (president)
José Manuel de Sá Guimas
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Montantes expressos em Euros)

	Períodos findos em 31 de dezembro		
	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		48 326 252,45	46 158 357,69
Pagamentos a fornecedores		(27 733 553,62)	(23 363 998,51)
Pagamentos ao pessoal		(22 293 680,47)	(22 271 649,43)
Caixa gerada pelas operações		(1 700 981,64)	522 709,75
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(128 108,25)	(158 510,99)
Outros recebimentos/pagamentos		2 411 305,53	2 182 954,33
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		582 215,64	2 547 153,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 772 184,63)	(3 827 838,86)
Ativos intangíveis		-	-
		(3 772 184,63)	(3 827 838,86)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 211,00	66 367,50
		5 211,00	66 367,50
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(3 766 973,63)	(3 761 471,36)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500 000,00	-
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão		-	4 275 000,00
Outras operações de financiamento		-	171,90
		500 000,00	4 275 171,90
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 058 900,00)	(2 572 800,00)
Juros e gastos similares		(87 108,72)	(98 109,99)
		(2 146 008,72)	(2 670 909,99)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(1 646 008,72)	1 604 261,91
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(4 830 766,71)	389 943,64
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 093 097,27	703 153,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(3 737 669,44)	1 093 097,07

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimas
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

3 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAL STATEMENTS

CASH FLOW STATEMENT PERIOD ENDED 31ST DECEMBER 2018

	Period ended 31 December		
	Notes	2018	2017
Cash Flow from operating activities			
Received from customers		48 326 252,45	46 158 357,69
Payed to suppliers		(27 733 553,62)	(23 363 998,51)
Payed to staff		(22 293 680,47)	(22 271 649,43)
Cash generated from operations		(1 700 981,64)	522 709,75
Income tax paid/received		(128 108,25)	(158 510,99)
Other receivements/payments		2 411 305,53	2 182 954,33
Net cash flows from operating activities (1)		582 215,64	2 547 153,09
Cash flow from investment activities			
Payments related to:			
Tangible fixed assets		(3 772 184,63)	(3 827 838,86)
Intangible assets		-	-
		(3 772 184,63)	(3 827 838,86)
Received from:			
Investment related subsidies		5 211,00	66 367,50
		5 211,00	66 367,50
Net cash flow from investment activities (2)		(3 766 973,63)	(3 761 471,36)
Cash flow from financing activities			
Received from:			
Borrowings		500 000,00	-
Capital Increases, Supplementary Benefits and Emission Premiums		-	4 275 000,00
Interest earned		-	171,90
		500 000,00	171,90
Payments related to:			
Borrowings		(2 058 900,00)	(2 572 800,00)
Interests and similar expenses		(87 108,72)	(98 109,99)
		(2 146 008,72)	(2 670 909,99)
Net cash flow from financing activities (3)		(1 646 008,72)	(1 604 261,91)
Cash variation and its equivalents (1 + 2 + 3)		(4 830 766,71)	389 943,64
Foreign exchange effects equivalents		-	-
Cash and its equivalents in the beginning of the period		1 093 097,07	703 153,43
Cash and its equivalents and the end of the period	4	(3 737 669,64)	1 093 097,07

The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31 December 2018

THE BOARD OF DIRECTORS

Antônio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio (president)
José Manuel de Sá Guimarães
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

THE CHIEF ACCOUNTANT

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. *FINANCIAL STATEMENTS*

4 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Financial Statements

1 | Introdução

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, [referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objeto principal o transporte público de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA com sede, igualmente, na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. | Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas nos termos do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e Portaria 220/2015 de 24 de julho, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) publicadas nos avisos do Ministério das Finanças números 8256/2015 e 8258/2015, ambos de 29 de julho de 2015, que constituem no seu conjunto o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. | Derrogação das disposições do SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. | Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua generalidade, comparáveis com os do ano anterior.

3 | Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo e, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Princípio da continuidade

Em 27 de março de 2019 a Deutsche Bahn AG, Empresa-mãe do grupo Arriva, no qual a TST está integrada, anunciou a sua intenção de explorar opções para a venda deste grupo, através de uma venda de até 100% das ações a um ou mais investidores, ou através de uma Oferta Pública de Venda (“IPO”).

O Conselho de Administração preparou as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade, na expectativa de que irá continuar a existir um adequado nível de financiamento, e de que a empresa irá continuar a operar no futuro próximo.

No entanto, a possível alteração da estrutura acionista da empresa nos próximos 12 meses implica que o Conselho de Administração não seja capaz de avaliar todos os cenários para o futuro da Empresa, nomeadamente o financiamento, as intenções dos futuros acionistas, a estrutura do grupo após a venda, ou o impacto nos saldos com empresas do grupo.

Dadas as incertezas associadas aos possíveis impactos decorrentes de uma alteração acionista, os potenciais efeitos de uma venda indiciam a existência de uma incerteza material quanto à continuidade, que pode resultar na existência de dúvidas quanto à capacidade da empresa continuar a operar.

Adicionalmente à possibilidade de alteração da atual estrutura acionista, o lançamento do concurso internacional para a concessão das redes municipais e intermunicipais de transporte público rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa, previsto ocorrer durante 2019, associado ao facto da Empresa ter vindo a apresentar resultados líquidos negativos e fluxos de caixa operacionais e de investimento, no seu conjunto também negativos, constitui igualmente uma incerteza material relacionada com a continuidade das operações.

É, contudo, convicção do Conselho de Administração que existem condições para uma participação com sucesso no concurso público a ser lançado, e para a manutenção da atividade de transporte público rodoviário.

3.1. | Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros sendo esta a moeda funcional.

3.2. | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade de os ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no ativo, acrescendo ao custo inicial de aquisição.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para as classes de ativos fixos tangíveis mais significativos:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25 anos
Equipamento básico	Entre 6 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. | Ativos intangíveis

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

(a) Goodwill resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Notas 1 e 7), entre o valor de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão. De acordo com as NCRF em vigor, o Goodwill passou a partir do exercício de 2016 a ser amortizado numa base de quotas constantes durante 10 anos;

(b) Obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006. Este ativo intangível, no valor de € 2.300 milhares, é amortizado numa base de quotas constantes durante este período;

(c) Programas de computador. Os programas de computador são amortizados numa base de quotas constantes a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4. | Imparidade de ativos

A Empresa realiza testes de imparidade no final de cada ano sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indicarem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o Goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. | Investimentos em entidades associadas

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações financeiras inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, com os necessários ajustes para o justo valor dos ativos e passivos adquiridos. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6. | Inventários

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio ponderado.

3.7. | Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos possam não ser recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8. | Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. | Capital

O capital corresponde ao capital subscrito nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10. | Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

3.11. | Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por um período de, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. | Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos pelo método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes das diferenças entre a base fiscal de ativos e passivos e as respetivas quantias escrituradas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre a totalidade das diferenças temporárias tributáveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto corrente sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto) pagar à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

Os impostos que a Empresa estima poder vir a recuperar no futuro, por via da dedução nos impostos que venham a ser apurados a nível do RETGS, são reconhecidos a título de crédito de imposto sob a forma de ativos por impostos diferidos.

3.13. | Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém de uma entidade independente um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14. | Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando-se para o efeito uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15. | Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações recebidas do Estado Português, pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante a vida útil dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. | Locações

As locações de ativos fixos tangíveis relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de locação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detém apenas bens adquiridos em regime de locação operacional.

3.17. | Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificados como tal.

3.18. | Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (que não os vendidos a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa. Os bilhetes vendidos a bordo são reconhecidos na data da venda.

Os rendimentos relacionados com as receitas da venda de passes a utilizar no período seguinte são reconhecidos no mês em que os serviços são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

3.19. | Matérias ambientais

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (i.e. óleos). No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

3.20. | Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 | Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

3.20.2 | Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

3.20.3 | Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações exige a realização de análise e avaliação cuidadas.

3.20.4 | Ativos por impostos diferidos

A determinação e o registo de ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras depende da capacidade da Empresa gerar, ela própria e a nível da aplicação do RETGS, lucros tributáveis futuros suficientes que permitam a materialização desses ativos, o que exige um melhor julgamento do Conselho de Administração quanto à sua realização, suportada em orçamentos e previsões económicas, de médio e longo prazo, conservadores e razoáveis.

4 | Fluxos de caixa

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa”, no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	2018	2017
Numerário		
Caixa	110 019,69	169 581,72
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	253 111,70	923 515,55
Caixa e depósitos à ordem (ativo)	363 131,39	1 093 097,27
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários (ver Nota 18)	4 100 800,83	-
Financiamentos bancários (passivo)	4 100 800,83	-
Caixa e equivalentes de caixa (fluxos de caixa)	(3 737 669,44)	1 093 097,27

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

5 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 | Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 dezembro de 2017 a Empresa mantinha, no passivo, uma provisão de cerca de 1.6 milhões de euros para fazer face a uma eventual perda na realização do valor estimado a receber do Estado relativo à compensação financeira e à repartição de receitas pela disponibilização de títulos intermodais de transportes na área metropolitana de Lisboa, no período de 2014 a 2016.

Dado que o valor das compensações a pagar pelo Estado já estavam definidas à data do referido balanço, e de modo a refletir adequadamente o valor previsível de realização do referido ativo, a Empresa procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras no período comparativo apresentado da seguinte forma:

	31.12.2017 (divulgado)	Reclassificação	31.12.2017 (reexpresso)
Balanço			
Ativo corrente:			
- Outros créditos a receber	8.560.481,84	(1.606.401,00)	6.954.080,84
Passivo corrente:			
- Provisões	(1.734.397,71)	1.606.401,00	(127.996,71)

5.2 | Alterações voluntárias em políticas e estimativas contabilísticas

Durante o período de apresentação das demonstrações financeiras de 2017, a Empresa não procedeu voluntariamente a alterações nas suas políticas e estimativas contabilísticas.

5.3 | Erros materiais de períodos anteriores

A avaliação realizada pela Administração às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, não revelou a existência de erros com referência a períodos anteriores.

6 | Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Custo de aquisição								
Em 1 de Janeiro de 2017	2 977 898,98	7 444 162,82	47 094 458,14	639 405,32	586 732,69	5 615 116,17	2 031 586,09	66 389 360,21
Aquisições	-	101 341,04	1 814 316,31	122 226,93	57 648,97	22 608,50	1 322 340,07	3 440 481,82
Alienações	-	-	(2 145 187,02)	-	-	(555,62)	-	(2 145 742,64)
Abates	-	-	(17 763,27)	-	(110 761,04)	-	-	(128 524,31)
Transferências	-	75 367,71	1 715 117,52	-	-	205 300,86	(1 995 786,09)	-
Em 31 de dezembro de 2017	2 977 898,98	7 620 871,57	48 460 941,68	761 632,25	533 620,62	5 842 469,91	1 358 140,07	67 555 575,08
Aquisições	-	-	1 457 608,54	28 844,44	41 372,24	87 357,00	1 772 084,23	3 387 266,45
Alienações	-	-	(1 163 658,30)	(22 480,00)	-	-	-	(1 186 138,30)
Abates	-	-	(208 355,18)	-	-	(10 737,16)	-	(219 092,34)
Transferências	-	56 925,71	1 130 595,04	-	-	-	(1 187 520,75)	-
Em 31 de dezembro de 2018	2 977 898,98	7 677 797,28	49 677 131,78	767 996,69	574 992,86	5 919 089,75	1 942 703,55	69 537 610,89
Depreciações acumuladas								
Em 1 de Janeiro de 2017	-	4 645 356,83	37 044 573,31	502 663,87	521 533,12	3 787 156,97	-	46 501 284,10
Depreciações do exercício	-	252 078,92	2 753 297,44	79 921,79	27 785,86	524 897,73	-	3 637 981,74
Alienações	-	-	(2 127 031,05)	-	-	(555,62)	-	(2 127 586,67)
Abates	-	-	(17 763,27)	-	(110 645,59)	-	-	(128 408,86)
Em 31 de dezembro de 2017	-	4 897 435,75	37 653 076,43	582 585,66	438 673,39	4 311 499,08	-	47 883 270,31
Depreciações do exercício	-	259 421,71	2 892 623,64	81 076,60	42 328,78	385 132,66	-	3 660 583,39
Alienações	-	-	(1 163 658,30)	(16 859,86)	-	-	-	(1 180 518,16)
Abates	-	-	(208 355,18)	-	-	(10 737,10)	-	(219 092,28)
Em 31 de dezembro de 2018	-	5 156 857,46	39 173 686,59	646 802,40	481 002,17	4 685 894,64	-	50 144 243,26
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	2 977 898,98	2 723 435,82	10 807 865,25	179 046,59	94 947,23	1 530 970,83	1 358 140,07	19 672 304,77
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	2 977 898,98	2 520 939,82	10 503 445,19	121 194,29	93 990,69	1 233 195,11	1 942 703,55	19 393 367,63

Os valores da rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projetos:

Ativos fixos tangíveis em curso

	2018	2017
Equipamento básico - viaturas em preparação	1 646 687,23	1 130 595,04
Obras em edifícios e outras construções	155 749,54	160 828,25
Outros Ativos fixos tangíveis:		
Sistema Bio Ciron-Reciclagem de águas residuais	59 000,00	-
Instalação Eléctrica	44 327,78	42 377,78
Outros	36 939,00	24 339,00
	1 942 703,55	1 358 140,07

As aquisições ocorridas no exercício de 2018 correspondem, fundamentalmente, à compra de autocarros para renovação da frota, no valor de € 3.087 milhares (2017: € 2.845 milhares).

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

7 | Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros Ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Custo de aquisição						
Em 1 de janeiro de 2017	13 290 166,10	15 000,00	69 010,55	2 458 401,00	150 433,00	15 983 010,65
Aquisições	-	-	41 101,47	-	73 500,00	114 601,47
Tranferências	-	-	33 500,00	-	(33 500,00)	-
Em 31 de dezembro de 2017	13 290 166,10	15 000,00	143 612,02	2 458 401,00	190 433,00	16 097 612,12
Aquisições	-	-	-	-	34 172,40	34 172,40
Tranferências	-	181 209,00	-	-	(181 209,00)	-
Em 31 de dezembro de 2018	13 290 166,10	196 209,00	143 612,02	2 458 401,00	43 396,40	16 131 784,52
Amortizações acumuladas						
Em 1 de janeiro de 2017	1 329 016,58	15 000,00	44 873,15	1 845 526,93	-	3 234 416,63
Amortizações do exercício	1 329 016,56	-	38 737,28	153 180,00	-	1 520 933,84
Em 31 de dezembro de 2017	2 658 033,14	15 000,00	83 610,43	1 998 706,93	-	4 755 350,49
Amortizações do exercício	1 329 016,56	5 033,08	25 996,76	153 180,00	-	1 513 226,40
Em 31 de dezembro de 2018	3 987 049,70	20 033,08	109 607,19	2 151 886,93	-	6 268 576,89
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	10 632 132,96	-	60 001,59	459 694,07	190 433,00	11 342 261,63
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	9 303 116,40	176 175,92	34 004,83	306 514,07	43 396,40	9 863 207,63

Até 31 de dezembro de 2015 o Goodwill não era amortizado, estando sujeito a testes de imparidade, numa base anual. A partir de 1 de janeiro de 2016, com a alteração das NCRF, o Goodwill passou a ser amortizado por um período de 10 anos (ver Nota 3.3).

Teste de imparidade ao Goodwill

Com a alteração ao SNC, deixou de ser obrigatório a realização de teste anual de imparidade ao Goodwill, na medida em que este passou a ser objeto de amortização (ver Nota 3.3). A exigência do teste de imparidade ocorre apenas quando há indícios de imparidade à data do balanço. Embora seja convicção da Administração de que não há indícios de imparidade à data do balanço, foi realizado teste de imparidade tal como em anos anteriores.

Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio, com base no plano de negócios preliminar da Gestão para o período de 2019 a 2023, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2019 a 2023 a Empresa utilizou o plano de negócios preliminar a 5 anos;
- Considerada uma vida finita de 30 anos nos cash flows descontados, por se considerar ser esse o período médio dos contratos de concessão estabelecidos para as empresas do Grupo onde a TST está inserida.
- A taxa de desconto utilizada foi de 8% (2017: 8%);

8 | Investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foi o seguinte:

	Método de equivalência patrimonial	Custo de aquisição
Participações financeiras		
Em 1 de Janeiro de 2017	27 209,38	119 829,12
Efeito da aplicação método de equivalência patrimonial	(22 937,30)	-
Em 31 de dezembro de 2017	4 272,08	119 829,12
Efeito da aplicação método de equivalência patrimonial	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	4 272,08	119 829,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	4 272,08	119 829,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	4 272,08	119 829,12

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

	Sede	2018			
		Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	2 344 494,26	918 539,32	14,28	47 118,86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	176 397,96	2 060,63	-	906,90
Ageneal	Almada	301 002,10	25 436,09	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	274 158,31	46 073,30	-	1 000,00
					<u>119 829,12</u>
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	(57 843,00)	24 884,48	20,00	<u>4 272,08</u>
2017					
	Sede	Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
Subsidiárias (ao custo de aquisição)					
Otlis, ACE	Lisboa	1 672 077,85	492 245,83	14,28	47 118,86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0,70	61 825,00
Ameseixal	Seixal	174 337,33	1 451,17	-	906,90
Ageneal	Almada	n.d.	n.d.	-	8 978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita	237 995,54	23 410,88	-	1 000,00
					<u>119 829,12</u>
Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)					
Rodinform, SA	Lisboa	(82 727,48)	(80 363,00)	20,00	<u>4 272,08</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa reconheceu como ganho na demonstração dos resultados, na rubrica “ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, a quota-parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, em 2018, referente ao exercício de 2017, no montante de € 70.320,83 (2017: € 68.322,57).

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tem ainda registado em outros investimentos, empréstimos concedidos a Otlis no montante de € 156.589,99 e fundo de compensação do trabalho no montante de € 25.250,74.

9 | Ativos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Ativos por impostos diferidos			
	2018		2017	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Perdas por imparidade e provisões:				
- Ajustamentos de dívidas de clientes e outros devedores e outras provisões	947 476,04	213 182,11	1 033 472,91	232 531,40
- Indemnizações compensatórias	1 686 401,00	379 440,23	1 734 397,71	390 239,48
Prejuízos fiscais do exercício de 2014	430 988,15	90 507,51	563 225,33	118 277,32
Prejuízos fiscais do exercício de 2015	284 533,73	59 752,08	356 006,18	74 761,30
Prejuízos fiscais do exercício de 2016	1 702 297,85	357 482,55	1 702 297,85	357 482,55
Prejuízos fiscais do exercício de 2017	2 874 928,70	603 735,03	2 874 928,70	603 735,03
Prejuízos fiscais do exercício de 2018	2 668 989,81	560 487,86	-	-
	10 595 615,28	2 264 587,36	8 264 328,68	1 777 027,08

O impacto dos movimentos, em balanço, na rubrica de Ativos por impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	2018	2017
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Em 1 de Janeiro	1 777 027,08	1 737 352,17
Movimentos do exercício		
	(30 148,56)	(551 468,05)
	517 708,84	591 142,96
Efeito em Resultados (ver Nota 29)	487 560,28	39 674,91
Em 31 de dezembro	2 264 587,36	1 777 027,08

10 | Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Bens e materiais de consumo	257 093,50	267 533,87
Imparidade de inventários	(5 000,00)	(5 000,00)
	252 093,50	262 533,87

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 das perdas por imparidade de inventários apresentam-se como segue:

	2018	2017
Em 1 de Janeiro	5 000,00	5 000,00
Movimentos do período		
Aumentos	560,76	3 966,48
Por Resultados	560,76	3 966,48
Utilizações	(560,76)	(3 966,48)
Por balanço	(560,76)	(3 966,48)
Em 31 de Dezembro	5 000,00	5 000,00

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

	Bens e materiais de consumo	
	2018	2017
Saldo inicial	267 533,87	251 483,38
Compras	13 429 035,65	12 223 848,69
Regularizações	(261,55)	(582,35)
Saldo final	(257 093,50)	(267 533,87)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13 439 214,47	12 207 215,85

11 | Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	2018		
	Saldo bruto	Perdas por Imparidade	Saldo líquido
Dividas correntes:			
Clientes gerais	1 513 375,31	-	1 513 375,31
Clientes de cobrança duvidosa	116 329,77	(116 329,77)	-
	1 629 705,08	(116 329,77)	1 513 375,31
	2017		
	Saldo bruto	Perdas por Imparidade	Saldo líquido
Dividas correntes:			
Clientes gerais	1 463 177,29	-	1 463 177,29
Clientes de cobrança duvidosa	105 181,71	(105 181,71)	-
	1 568 359,00	(105 181,71)	1 463 177,29

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

	2018	2017
Em 1 de Janeiro	105 181,71	102 932,54
Movimentos do período:		
Efeito na demonstração dos resultados		
Reforços	11 828,06	5 210,00
Reversões	(680,00)	(2 960,83)
	11 148,06	2 249,17
Em 31 de Dezembro	116 329,77	105 181,71

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2018	2017
Ativos correntes		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar	162 716,72	148 228,49
Reembolsos pedidos	353 886,37	277 714,43
	516 603,09	425 942,92
Passivos correntes		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	284 456,57	289 645,23
Contribuições para a Segurança Social	712 254,41	711 977,48
Outros impostos	14 000,00	14 000,00
	1 010 710,98	1 015 622,71

13 | Outros créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2018			
	Corrente	Não corrente	Imparidades	Total
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	67 973,30	-	-	67 973,30
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	6 930 411,13	-	(1 606 401,00)	5 324 010,13
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	237 723,50	-	-	237 723,50
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	612 023,26	-	(586 427,43)	25 595,83
Seguradoras (4)	111 295,73	-	-	111 295,73
Empresas do Grupo (5)	370 776,12	-	-	370 776,12
Outros (6)	1 199 656,03	-	(384 169,73)	815 486,30
	9 461 885,77	-	(2 576 998,16)	6 884 887,61
	9 529 859,07	-	(2 576 998,16)	6 952 860,91
	2017 (Reexpresso)			
	Corrente	Não corrente	Imparidades	Total
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	57 791,47	-	-	57 791,47
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	6 930 411,13	-	(1 606 401,00)	5 324 010,13
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	347 380,15	-	-	347 380,15
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	589 718,69	-	(586 427,43)	3 291,26
Seguradoras (4)	90 084,99	-	-	90 084,99
Empresas do Grupo (5)	359 572,47	-	-	359 572,47
Outros (6)	1 156 635,87	-	(384 685,50)	771 950,37
	9 473 803,30	-	(2 577 513,93)	6 896 289,37
	9 531 594,77	-	(2 577 513,93)	6 954 080,84

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira e à repartição das receitas do multimodal estimada a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos anos de 2014 a 2016. O valor acima correspondia à diferença entre os valores estimados a receber do Estado para aqueles anos e os valores recebidos do Estado, os quais se encontravam ainda sujeitos a revisão. Foi registada uma imparidade de € 1.606.401,00 para fazer face ao eventual desvio entre os valores estimados a receber e os valores recebidos (Nota 5.1).

(2) O valor de € 237.723,50 (2017: € 347.380,15) é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto efetuado nos meses de novembro e dezembro de 2018 nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes e Social+, destinados a agregados familiares com rendimentos reduzidos.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relacionados com as receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) O montante de € 111.295,73 registado na rubrica de Seguradoras reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos gastos são suportados pelas Companhias de Seguros.

(5) O valor a receber de Empresas do Grupo, corresponde a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (PEC), entregues à Arriva Investimentos, SGPS, por via da aplicação do RETGS (ver Nota 3.12), no montante de € 304.991,76 (2016: € 309.848,39), e a faturação emitida a empresas do Grupo DB no valor de € 65.784,36 (ver Nota 33).

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui fundamentalmente (i) o valor de € 311.533,43 (2017: 311.533,43) relativo a prestação de serviços de publicidade nos autocarros, o qual de acordo com a NCRF 12 se encontra em imparidade e (ii) valores a receber de agentes no montante de € 491.786,32 (2017: 542.311,71), referentes à venda de passes realizada na última semana de 2018 e disponíveis para uso somente no período seguinte. O rendimento associado aos mesmos foi diferido em balanço em 31 de dezembro de 2018 (ver Nota 14).

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017 (Reexpresso)</u>
Em 1 de Janeiro	2 577 513,93	2 579 517,93
Movimentos do período		
Reversão	(515,77)	(2 003,57)
Aumento	-	-
Por Resultados	<u>(515,77)</u>	<u>(2 003,57)</u>
Utilização	-	(0,43)
Por balanço	<u>-</u>	<u>(0,43)</u>
Em 31 de Dezembro	<u>2 576 998,16</u>	<u>2 577 513,93</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas	66 670,00	66 670,00
Seguros pagos	27 297,95	47 135,98
Outros gastos a reconhecer	71 034,89	24 593,34
	<u>165 002,84</u>	<u>138 399,32</u>
Rendimentos a reconhecer		
Titulos TST	677 845,32	567 821,48
Outros	-	3 633,83
	<u>677 845,32</u>	<u>571 455,31</u>

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte. Parte da receita com a venda de passes sociais vendidos pelos agentes nos últimos dias de dezembro de 2018, no montante de € 491.786,32, foi recebida apenas no período seguinte (ver Nota 13).

15 | Capital e reservas legais

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2018 é como segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5 719 810,00
	<u>100%</u>	<u>5 719 810,00</u>

Reservas legais

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais (€ 1.410.437) já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

Outros instrumentos de capital próprio

As prestações acessórias, no montante total de € 10.525.000, só poderão ser restituídas mediante deliberação do acionista, desde que o capital próprio, após reembolso, não fique inferior à soma do capital e das reservas legais.

16 | Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis:

Subsídios de Investimento

Subsídio	2018				
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período (ver Nota 26)	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com Ativos:					
- Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	6 249,96	3 337,86
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2 585 513,76	2 585 513,76	-	323 189,28	618 891,92
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	1 065 570,00	-	59 447,76	17 274,85
- Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-
	4 357 666,23	4 357 666,23	-	388 887,00	639 504,63
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20)					(143 888,54)
					495 616,09
Variação do ano					(301 387,42)
Subsídio	2017				
	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período (ver Nota 26)	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com Ativos:					
- Para aquisição de frota	460 000,00	460 000,00	-	11 999,96	9 587,82
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2 585 513,76	2 585 513,76	-	323 189,31	942 081,20
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1 065 570,00	1 065 570,00	-	123 705,67	76 722,61
- Outros	246 582,47	246 582,47	-	-	-
	4 357 666,23	4 357 666,23	-	458 894,94	1 028 391,63
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver Nota 20)					(231 388,12)
					797 003,51
Variação do ano					(355 643,35)

17 | Provisões

A evolução das provisões para os períodos apresentados, é como segue:

	Corrente	Não Corrente		Total	Total
	Outras provisões	Franquias	Outras provisões		
Em 1 de janeiro de 2017	250 000,00	524 613,90	110 000,00	634 613,90	884 613,90
Movimentos do período					
Impacto na demonstração dos resultados					
Aumentos	95 000,00	279 689,58	-	279 689,58	374 689,58
Reversões	-	(147 291,74)	(22 745,13)	(170 036,87)	(170 036,87)
	95 000,00	132 397,84	(22 745,13)	109 652,71	204 652,71
Utilizações	(217 003,29)	(193 793,92)	(7 254,87)	(201 048,79)	(418 052,08)
Em 31 de dezembro de 2017	127 996,71	463 217,82	80 000,00	543 217,82	671 214,53
Em 1 de janeiro de 2018	127 996,71	463 217,82	80 000,00	543 217,82	671 214,53
Movimentos do período					
Impacto na demonstração dos resultados					
Aumentos	25 971,67	199 995,01	60 956,81	260 951,82	286 923,49
Reversões	-	-	-	-	-
	25 971,67	199 995,01	60 956,81	260 951,82	286 923,49
Utilizações	(73 968,38)	(213 183,38)	(60 956,81)	(274 140,19)	(348 108,57)
	(47 996,71)	(13 188,37)	-	(13 188,37)	(61 185,08)
Em 31 de dezembro de 2018	80 000,00	450 029,45	80 000,00	530 029,45	610 029,45

18 | Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

	2018	2017
Não corrente		
Outros financiamentos - empresas do grupo	2 312 500,00	3 928 600,00
	2 312 500,00	3 928 600,00
Corrente		
Outros financiamentos - empresas do grupo	11 430 000,00	11 372 800,00
Outros financiamentos - descoberto bancário (ver Nota 4)	4 100 800,83	-
	15 530 800,83	11 372 800,00
Total (ver Nota 33)	17 843 300,83	15 301 400,00

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	2018	2017
Não corrente		
1 a 2 anos	1 530 000,00	1 616 100,00
2 a 3 anos	682 500,00	1 530 000,00
3 a 4 anos	100 000,00	682 500,00
4 a 5 anos	-	100 000,00
mais de 5 anos	-	-
	2 312 500,00	3 928 600,00

A Empresa tem ainda negociado com as instituições bancárias com quem trabalha as seguintes linhas de crédito para apoio da Tesouraria:

- (i) Conta corrente no Santander Totta com limite de € 2.000.000,00
- (ii) Linha de crédito no BPI com limite de € 1.500.000,00
- (iii) Linha de crédito no Deutsche Bank com limite de € 3.500.000,00

À data do balanço estava a ser utilizada a linha de crédito do BPI no valor de € 607.267,89 e do Deutsche Bank no valor de € 3.493.532,94.

19 | Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores gerais	3 309 309,00	4 773 248,16
Fornecedores grupo (ver nota 34)	67 588,86	111 853,81
Fornecedores - faturas em receção e conferência	21 296,79	19 919,13
	3 398 194,65	4 905 021,10

20 | Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe das rubricas de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais	i) 220 949,93	-	220 949,93	198 887,54	-	198 887,54
Fornecedores grupo (ver Notas 3.3 e 33)	-	2 300 000,00	2 300 000,00	-	2 300 000,00	2 300 000,00
	220 949,93	2 300 000,00	2 520 949,93	198 887,54	2 300 000,00	2 498 887,54
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a pagar	ii) 2 840 331,93	-	2 840 331,93	2 955 685,06	-	2 955 685,06
Outras dívidas a pagar	iii) 230 667,44	143 888,54	374 555,98	189 792,30	231 388,12	421 180,42
	3 070 999,37	143 888,54	3 214 887,91	3 145 477,36	231 388,12	3 376 865,48
Empresas do Grupo	93 000,77	-	93 000,77	118 227,58	-	118 227,58
	93 000,77	-	93 000,77	118 227,58	-	118 227,58
Credores diversos	iv) 970 232,87	-	970 232,87	832 478,30	-	832 478,30
Outras dívidas a pagar	4 355 182,94	2 443 888,54	6 799 071,48	4 295 070,78	2 531 388,12	6 826 458,90

i) Fornecedores de investimentos gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, obras de beneficiação em edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.

ii) Remunerações a pagar - passivo corrente - refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no período seguinte.

iii) Outras dívidas a pagar - credores diversos por acréscimos de gastos. O saldo registado no passivo não corrente, no valor de € 143.888,54 (2017: € 231.388,12), corresponde ao ajustamento a subsídios de investimento relacionados com o efeito fiscal futuro (ver Nota 16).

iv) Credores diversos - compreende, fundamentalmente, a valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados (2018: € 654.484,84; 2017: € 565.075,00) e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas (2018: € 237.978,77; 2017: € 168.742,00).

v) Empresas do Grupo inclui fundamentalmente valor de IRC (tributações autónomas) a entregar à Arriva Investimentos, SGPS, S.A. no âmbito da aplicação no RETGS, no valor de € 59.734,91 (2017: € 76.824,00) (ver Nota 3.12 e 29).

21 | Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2018	2017
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,80%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	
	2018	2017
Obrigações no balanço de pensões	<u>290 697,00</u>	<u>363 843,00</u>
Gastos nas demonstração dos resultados de pensões (ver Nota 25)	<u>(27 829,81)</u>	<u>(37 987,63)</u>

Foi ainda efetuado um teste de sensibilidade, considerando uma variação de menos de 1% e mais de 1% na taxa de desconto indicada (1,80%), o que resulta em responsabilidade por serviços passados entre os € 305.177,00 e os € 274.709,00, respetivamente.

22 | Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2018	2017
Serviços regulares de transporte de passageiros		
Bilhetes	14 988 764,34	14 153 071,22
Passes sociais	22 904 492,92	22 032 609,16
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	6 527 403,49	6 620 910,79
Outros	375 513,95	244 968,80
	<u>44 796 174,70</u>	<u>43 051 559,97</u>

23 | Trabalhos para a própria Empresa

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transportes de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2018 o montante desta rubrica ascende a € 151.827,84 (2017: € 217.485,00).

24 | Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2018	2017
Subcontratos	45 097,82	33 393,86
Serviços especializados		
Conservação e reparação (i)	2 782 153,19	2 647 617,76
Trabalhos especializados (ii)	647 984,72	635 680,65
Comissões	394 337,63	370 960,87
Vigilância e segurança	291 654,77	259 902,05
Publicidade e propaganda	62 873,41	80 880,88
Honorários	27 512,32	18 714,51
	<u>4 206 516,04</u>	<u>4 013 756,72</u>
Materiais		
Energia e fluidos	196 311,07	244 173,78
Deslocações, estadas e transportes	66 448,48	75 061,60
Serviços diversos		
Rendas e alugueres (iii)	1 059 152,59	1 070 917,47
Portagens	765 053,35	771 844,35
Seguros	568 125,22	581 580,26
Limpeza, higiene e conforto	162 408,57	152 820,91
Comunicação	116 857,03	114 959,32
	<u>2 671 596,76</u>	<u>2 692 122,31</u>
Outros	312 487,11	293 346,48
	<u>7 498 457,28</u>	<u>7 351 854,75</u>

i) Conservação e reparação: refere-se fundamentalmente a reparações e preparações efetuadas nos autocarros da frota comercial.

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

25 | Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Administração	415 059,19	395 775,84
Pessoal	17 453 735,69	17 246 562,47
	<u>17 868 794,88</u>	<u>17 642 338,31</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	3 824 703,80	3 807 644,79
Indemnizações por cessação de trabalho	-	125 000,00
Pensões (ver Nota 21)	(27 829,81)	(37 987,63)
Gastos de ação social	48 552,40	50 401,45
Outros	473 739,76	455 744,54
	<u>4 319 166,15</u>	<u>4 400 803,15</u>
	<u>22 187 961,03</u>	<u>22 043 141,46</u>

O número médio de empregados da Empresa em 2017 foi de 969 (2017: 967)

26 | Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	516 879,08	516 662,12
Sinistros com viaturas	383 058,12	291 209,44
Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 16)	388 887,00	458 894,64
Ganhos em alienação de Ativos tangíveis	29 239,15	58 650,38
Descontos de pronto pagamento	25 119,11	29 503,01
Outros rendimentos	91 007,76	51 909,75
	1 434 190,22	1 406 829,34

Os Rendimentos Suplementares em 31 de dezembro de 2018 compreendem, fundamentalmente, os encargos debitados a terceiros (Grupo DB) no valor de € 183.653,71 (2017: € 183.369,02), as cedências de combustível de € 124.288,27 (2017: € 93.994,17) e anúncios de publicidade no valor de € 64.086,00 (2017: € 53.439,50).

27 | Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros custos operacionais é apresentado como segue:

	2018	2017
Correcções relativas a exercícios anteriores	62 409,97	34 493,41
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	495,00	-
Perdas em inventários	3 333,10	5 757,26
Sinistros com viaturas	291 983,40	166 100,85
Dívidas incobráveis	266,65	310,60
Impostos e taxas	94 575,52	96 683,99
Outros gastos	108 028,26	163 013,46
	561 091,90	466 359,57

28 | Juros e gastos similares

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2018 e 2017 decompõem-se como segue:

	2018	2017
Juros suportados de		
Financiamentos obtidos de empresas do grupo	173 551,78	226 508,00
Financiamentos bancários	20 812,76	5 059,12
	194 364,54	231 567,12

A rubrica de Financiamentos obtidos de empresas do Grupo inclui juros pagos e despesas associadas aos financiamentos concedidos pela Deutsche Bahn Mobility, nos montantes de € 150.914,61 e € 22.637,17 (2017: € 197.015,40 e € 29.492,60).

29 | Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 poderão ser deduzidos a lucros tributáveis apurados nos 12 anos subsequentes. Os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2017 e 2018 podem ser deduzidos nos 5 anos posteriores. Os prejuízos fiscais reportados, poderão ser deduzidos, até

ao limite máximo de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O Orçamento de Estado para 2017 veio introduzir alteração quanto à obrigatoriedade da dedução dos prejuízos fiscais se efetuar por ordem cronológica (ou seja, a utilização do FIFO), podendo a Empresa optar sobre quais os prejuízos fiscais a deduzir em cada exercício.

O imposto sobre o rendimento do período, reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 decompõe-se como segue:

	2018	2017
Capital próprio		
Ajustamento a subsídios de investimento (ver Nota 16)	(87 499,58)	(103 251,29)
	(87 499,58)	(103 251,29)
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido (ver Nota 9)	(487 560,28)	(39 674,91)
Ajustamento a subsídios de investimento	-	-
Imposto corrente (ver Nota 20)	59 734,91	76 824,06
	(427 825,37)	37 149,15

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018	2017
Taxa nominal de imposto		
IRC	21,00%	21,00%
Derrama sobre o lucro tributável	1,50%	1,50%

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresentava os seguintes prejuízos fiscais passíveis de dedução a lucros tributáveis futuros:

Ano	Valor	Ano limite para a sua dedução
2014	616 697,36	2026
2015	406 476,75	2027
2016	2 431 854,07	2028
2017	4 107 041,00	2022
2018	3 812 842,59	2023
	11 374 911,77	

A Empresa reconheceu apenas ativos por impostos diferidos sobre uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis (ver Nota 9), até ao ponto em que estima que os restantes prejuízos fiscais não serão passíveis de utilização dentro do prazo máximo permitido para a sua dedução.

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é como segue:

	2018	2017
Resultado antes de Impostos	(2 900 502,02)	(2 946 659,47)
Diferenças permanentes:	(895 884,72)	(975 014,73)
Diferenças temporárias:	(16 455,85)	(185 366,80)
Lucro tributável/prejuízo fiscal	(3 812 842,59)	(4 107 041,00)
Matéria coletável	(3 812 842,59)	(4 107 041,00)
Tributações autónomas	59 734,91	76 824,06
Imposto corrente	59 734,91	76 824,06
Imposto diferido (Ver Nota 9)	(487 560,28)	(39 674,91)
Gasto de imposto no período	(427 825,37)	37 149,15

30 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	2018	2017
Viaturas ligeiras	60 479,04	0,00
	60 479,04	0,00

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	Total
Em 31 de Dezembro de 2018			
- viaturas ligeiras de passageiros	18 998,40	41 480,64	60 479,04

31 | Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não apresentava quaisquer passivos contingentes.

33.2. | Transações entre partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	2018	2017
Vendas de bens, produtos e serviços		
Prestação de Serviços		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva PLC	174 692,27	159 781,65
Arriva Portugal Transportes, Lda.	15 527,20	4 000,24
Arriva Spain Holding, S.L.	-	8 939,57
Transfesa (Portugal) - Transp.Ferr.Esp., Lda	10 353,80	10 280,00
Esfera Bus, SLU	-	1 481,13
DB Internacional GmbH	15 442,25	18 038,29
	216 015,52	202 520,88
Associadas		
Otlis, ACE	42 318,00	38 322,00
	42 318,00	38 322,00
Compras de bens de consumo e Ativos fixos tangíveis		
Compra de bens e produtos		
Empresas do Grupo Acionista		
DB Regionalverkehr Kurhessen GMBH (RKH)	-	537 500,00
	-	537 500,00
Associadas		
Otlis, ACE	300 017,94	274 490,21
	300 017,94	274 490,21
Compra de serviços		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	60 657,70	67 283,99
Arriva PLC	23 877,88	68 524,40
	84 535,58	135 808,39
Associadas		
Rodinform, SA	137 639,66	130 926,80
	137 639,66	130 926,80
Juros de Empréstimos		
Empresas do Grupo Acionista		
DB Mobility Logistics AG	158 722,04	200 216,52
	158 722,04	200 216,52

32 | Matérias Ambientais

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos são registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos nestes exercícios foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

33 | Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A empresa dominante do Grupo onde a TST está inserida é a Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

33.1. | Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018	2017
Saldos devedores		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva Investimentos SGPS, SA (ver Nota 13)	304 991,76	309 848,39
DB Mobility Logistics AG (ver Nota 13)	38 556,08	29 789,40
Arriva PLC (ver Nota 13)	25 547,77	18 498,83
Arriva Portugal Transportes, Lda	13 905,96	-
DB International GMBH, Sucursal em Portugal (ver Nota 13)	1 680,51	1 435,85
	384 682,08	359 572,47
Associadas		
Otlis, ACE	42 995,08	148 573,92
	42 995,08	148 573,92
Saldos credores		
Empresas do Grupo Acionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	14 190,86	-
Arriva PLC (ver Nota 3.3 e 20)	2 300 000,00	2 300 000,00
DB Mobility Logistics AG (ver Nota 18)	13 742 500,00	15 301 400,00
Arriva Investimentos SGPS, SA	59 734,91	76 824,06
	16 116 425,77	17 678 224,06
Associadas		
Rodinorm, SA (ver Nota 19)	40 497,03	37 703,13
Otlis, ACE (ver Nota 19)	12 900,97	72 348,68
	53 398,00	110 051,81
Juros a pagar		
DB Mobility Logistics AG	33 265,86	41 403,52
	33 265,86	41 403,52

34 | Divulgações exigidas por diplomas legais

34.1. | Dívidas ao Estado

A Empresa não é devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, nem de dívidas à Autoridade Tributária ou outros organismos estatais.

34.2. | Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados em 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais, serviços de auditoria e de consultoria fiscal ascenderam a € 23.187.

35 | Proposta de aplicação de resultados do período

O exercício findo em 31 de dezembro de 2018, encerrou com um resultado líquido negativo de € 2.472.676,65, pelo que será transferido para Resultados Transitados.

36 | Eventos subsequentes relevantes após o termo do período

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 para além do divulgado na Nota 3.

ANEXOS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 41.590.171 euros e um total de capital próprio de 10.958.944 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.472.677 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nas alíneas a) e b) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea c), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

a) Conforme referido na Nota 13 das notas anexas, o saldo de Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2018 inclui um valor estimado de 5,3 milhões de euros a receber do Estado (2017: 5,3 milhões de euros) relativo às compensações financeiras e repartição de receitas pela disponibilização de títulos intermodais de transportes na área metropolitana de Lisboa no período de 2014 a 2016. O valor estimado resulta do cálculo efetuado pela Empresa das tarifas comerciais com base em dados disponíveis do sistema de bilhética, na interpretação da legislação aplicável até 2016, e dos acordos celebrados entre o Estado e os operadores privados naquele período.

Em dezembro de 2016 foram publicados dois diplomas que alteraram as regras de atribuição das compensações financeiras estabelecendo, de forma definitiva, os montantes a pagar aos operadores privados naquele período. As novas regras introduzidas foram objeto de contestação pela Empresa e pela Associação que representa os operadores do setor. Dado já terem sido atribuídos os montantes que o Estado entende serem devidos a cada operador, o tempo decorrido, e a inexistência de uma elevada probabilidade de sucesso da contestação em curso, consideramos que este montante se encontra em imparidade. Assim, o saldo de Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2018 encontra-se sobreavaliado em 5,3 milhões de euros, não sendo possível determinar se o efeito deveria afetar o resultado do exercício ou exercícios anteriores dado que a certificação legal das contas do exercício anterior incluía uma reserva por limitação de âmbito quanto a esta matéria.

b) Dado que a Empresa tem vindo a apresentar resultados negativos nos últimos anos, e a incerteza quanto à concretização do plano de negócios que demonstre a capacidade de serem gerados lucros tributáveis suficientes que permita a dedução dos prejuízos fiscais sobre os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos, consideramos que a Empresa deveria ter reconhecido uma imparidade para estes ativos. Assim, em 31 de dezembro de 2018 os ativos por impostos diferidos estão sobreavaliados em 2,3 milhões de euros e o resultado do exercício sobreavaliado em 560

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

milhares de euros, não sendo possível determinar se o restante montante deveria afetar o resultado do exercício ou exercícios anteriores.

c) Em 31 de dezembro de 2018 os ativos intangíveis incluem 9,3 milhões euros (2017: 10,6 milhões de euros) de “goodwill”. Contudo, dadas as incertezas referidas no Relatório de gestão e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras, e a incerteza quanto à concretização do plano de negócios que permita demonstrar que o valor recuperável daquele ativo é superior à sua quantia escriturada, não nos é possível concluir quanto a uma eventual imparidade deste ativo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme referido na Nota 3 das notas anexas, está em curso um processo para uma possível venda do Grupo Arriva, no qual a Empresa está integrada, o que poderá alterar substancialmente a capacidade e condições em que a Empresa está a operar. Adicionalmente a esta potencial alteração acionista, a Empresa tem vindo a apresentar resultados negativos e fluxos de caixa operacionais e de investimento agregados igualmente negativos, estando ainda previsto o lançamento de um concurso público internacional que inclui a concessão da atividade de transporte atualmente exercida pela Empresa. Tendo presente este enquadramento, consideramos existir uma incerteza material quanto à continuidade das operações.

Como referido na Nota 3, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, o qual está dependente da evolução favorável das incertezas acima referidas, nomeadamente da manutenção do suporte financeiro do Grupo Deutsche Bahn, ou do futuro acionista, do sucesso quanto ao resultado do concurso público, e da rentabilidade futura das operações que permita manter a operação e reverter a tendência de resultados negativos e o equilíbrio financeiro da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.



Statutory Audit Report

(Free translation from the original in Portuguese)

Report on the audit of the financial statements

Qualified Opinion

We have audited the accompanying financial statements of T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, S.A. (the Entity), which comprise the balance sheet as at December 31, 2018 (which shows total assets of Euros 41,590,171 and total shareholders' equity of Euros 10,958,944, including a net loss of Euros 2,472,677), the statement of income by nature, the statement of changes in equity and the statement of cash flows for the year then ended, and the notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies.

In our opinion, except for the effects of the matters referred to in paragraphs a) and b) and except for the possible effects of the matter referred to in paragraph c), presented in the “Basis for qualified opinion” section, the accompanying financial statements present fairly in all material respects, the financial position of T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, S.A. as at December 31, 2018, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

Basis for qualified opinion

a) As referred to in Note 13 of the notes to the accounts, the balance of Other accounts receivable as at December 31, 2018 includes an estimate of Euros 5.3 million receivable from the State (2017: Euros 5.3 million), related to the financial compensation and the revenue sharing of multimodal passes sold in Lisbon metropolitan region in the period 2014-2016. The estimated amount resulted from the calculation performed by the Company of the commercial fare based on the data obtained from the contactless ticket system, the interpretation of the applicable laws until 2016 and the agreements signed between the State and the private operators during this period.

In December 2016, the State published two new laws that amended the rules for the calculation of the financial compensation and definitively established the amounts to be paid to the private operators in that period. The company and the association that represents the private operators have disputed the new rules. Given the time elapsed, the likelihood of success of this claim being rather low and the amounts that the State believes that are due to each operator have already been paid, we consider that this amount receivable is impaired. Consequently, the balance of Other accounts receivable as at December 31, 2018 is overstated by Euros 5.3 million, however, is not possible to determine whether this adjustment impact net result of the year or retained earnings, as the Statutory Audit Report for the prior year included a scope limitation on this matter.

b) Given the Company has been presenting negative results and the uncertainty regarding the implementation of the business plan that demonstrates the Company's ability to generate sufficient taxable income allowing the deduction of tax losses on which deferred tax assets were recognized, we consider that an impairment loss on these assets should be recorded. Consequently, deferred tax assets as at December 31, 2018 are overstated by Euros 2.3 million and the result of the year is overstated by Euros 560 thousand, not being possible to determine whether the remaining amount should have an impact on the result of the year or retained earnings.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

c) As of December 31, 2018 the Intangible assets include a goodwill of Euros 9.3 million (2017: Euros 10.6 million). However, given the uncertainties referred to in the Management report and in Note 3 of the notes to the accounts, as well as the uncertainty on the implementation of the business plan demonstrating that the recoverable amount of that asset is higher than its carrying amount, we are not able to conclude on the possible impairment of this asset.

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISAs) and other technical and ethical standards and recommendations issued by the Institute of Statutory Auditors. Our responsibilities under those standards are described in the “Auditor’s responsibilities for the audit of the financial statements” section below. In accordance with the law we are independent of the Entity and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with the ethics code of the Institute of Statutory Auditors.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our qualified opinion.

Material uncertainty relating to going concern

As referred to in Note 3 of the notes to the accounts, a process for a possible sale of the Arriva Group, of which the Company is part, is under way, which may substantially affect the Company’s ability and conditions to continue operating as until now. In addition to the possibility of a change in its ownership, the Company has been presenting negative results and negative net cash generated from operating and investing activities, it is expected that an international public tender, including the concession of the transportation activity currently performed by the Company, to be launched soon. Accordingly, we consider that a material uncertainty exists which may cast significant doubt about the Company’s ability to continue as a going concern.

As also referred to in Note 3 of the Notes to the accounts, the financial statements have been prepared on a going concern basis, which will depend on the favorable outcome uncertainties referred to above, as well as the financial support by the Deutsche Bahn Group or by the future owners, the success of the public tender and the future profitability of the Company’s activities that allow to continue operating and reverse the current trend of negative results and to achieve a positive cash flow.

Our opinion is not modified in respect of this matter.

Responsibilities of management for the financial statements

Management is responsible for:

- a) the preparation of the financial statements, which present fairly the financial position, the financial performance and the cash flows of the Entity in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal;
- b) the preparation of the Directors’ Report in accordance with the applicable law and regulations;
- c) the creation and maintenance of an appropriate system of internal control to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error;

- d) the adoption of appropriate accounting policies and criteria; and
- e) the assessment of the Entity's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue its activities.

Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements

Our responsibility is to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISAs will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements.

As part of an audit in accordance with ISAs, we exercise professional judgment and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- a) identify and assess the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- b) obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Entity's internal control;
- c) evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management;
- d) conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Entity's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Entity to cease to continue as a going concern;
- e) evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation; and
- f) communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

Our responsibility also includes verifying that the information included in the Directors' report is consistent with the financial statements.

Report on other legal and regulatory requirements

Director's report

In compliance with paragraph 3 e) of article No. 451 of the Portuguese Company Law, it is our opinion that the Director's report has been prepared in accordance with applicable requirements of the law and regulation, that the information included in the Directors' report is consistent with the audited financial statements and, taking into account the knowledge and assessment about the Entity, no material misstatements were identified.

May 31, 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
represented by:

Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.